



Anais da Assembléia

Nº 142

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 1988

ANO XIV

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 108.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 1988
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Djalma de Almeida César.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Vera Agibert, Acyr Mezzadri, Algaci Túlio, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Antonio Setti, Nelson Vasconcellos, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos e Tadeu Lúcio Machado (35). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Lindolfo Júnior, José Alves, Alexandre Ceranto, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, David Cheriegate, Gernote Kirinus, Homero Oguido, José Felinto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Nestor Baptista, Paulino José Delazeri, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (19).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os nº DTL/239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 250, 252 e 253/88, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nº:

272/88:

Do Poder Executivo, que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio de 1989/1991, o qual convertido em lei tomou o número 8904. - Anote-se. Arquite-se.

312/88:

Do Poder Executivo, que autoriza a abrir créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, até o valor e para os fins que especifica, o qual convertido em lei tomou o número 8906. - Anote-se. Arquite-se.

081/88:

Do Sr. Deputado HOMERO OGUIDO, que declara de Utilidade Pública a UNIAO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE CAMBÉ - UNIDEFI, com sede e foro na cidade de Cambé, o qual convertido em lei tomou o número 8907. - Anote-se. Arquite-se.

082/88:

Do Sr. Deputado PAULINO DELAZERI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO LOTEAMENTO VILA GAÚCHA, com sede e foro na localidade de Mal. Cândido Rondon, o qual convertido em lei tomou o número 8908. - Anote-se. Arquite-se.

120/88:

Do Sr. Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO JARDIM DOM BOSCO, com sede e foro em Curitiba, Paraná, o qual convertido em lei tomou o número 8909. - Anote-se. Arquite-se.

264/88:

Do Sr. Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que denomina GOIOERÊ o atual município de GOIOERÊ, criado pela Lei nº 48, de 10 de agosto de 1955, o qual convertido em lei tomou o número 8910. - Anote-se. Arquite-se.

299/88:

Do Sr. Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que declara de Utilidade Pública Estadual o GRÊMIO ESPORTIVO E RECREATIVO DO TRIBUNAL DE ALÇADA, com sede e foro em Curitiba, o qual convertido em lei tomou o número 8911. - Anote-se. Arquite-se.

308/88:

Do Sr. Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MILICIANOS INATIVOS - PARANÁ - AMI/PR, com sede e foro na cidade em Curitiba, o

qual convertido em lei tomou o número 8912. - Anote-se. Arquivo-se.

087/88:

Do Sr. Deputado FERRARI JÚNIOR, que autoriza a doação do prédio que especifica ao Município de Nova Esperança, o qual convertido em lei tomou o número 8913. - Anote-se. Arquivo-se.

313/88:

Do Poder Executivo, que dá nova redação ao art. 3º e seus §§ 1º e 2º, da Lei nº 8212, de 30 de dezembro de 1985, o qual convertido em lei tomou o número 8914. - Anote-se. Arquivo-se.

001/87:

Do Sr. Deputado ANIBAL KHURY, que cria no Município de Paranaguá, o Distrito Administrativo de PONTAL DO PARANÁ, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o número 8915. - Anote-se. Arquivo-se.

314/88:

Do Poder Executivo, que institui o FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU, e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o número 8917. - Anote-se. Arquivo-se.

294/88:

Dos Srs. Deputados TADEU LÚCIO MACHADO e ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a CARDÍACO FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA COM ENFERMIDADES CARDIOVASCULARES, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o número 8918. - Anote-se. Arquivo-se.

Sob o número DTL/238/88, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 283/88, por julgar a parte vetada inconstitucional. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o número DTL/249/88, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 171/88, tendo o veto incidido sobre seu artigo 2º, que muito vago e desprovido de qualquer finalidade prática, não é exequível e, portanto, contrário aos superiores interesses do Estado. - À Comissão de Constituição e Justiça.

Curitiba, 27 de dezembro de 1988.

Senhor Deputado:

A Associação dos Magistrados do Paraná, ao tempo em que manifesta sua satisfação pela decisão tomada na sexta-feira última, quando foi restabelecido o regime de urgência ao projeto que reajusta os vencimentos da magistratura, também quer registrar sua profunda preocupação com o momen-

Curitiba, terça, em 27.12.88

to. É que o projeto em referência seria incluído na Ordem do Dia de hoje (terça-feira), mas tal não foi possível ante a falta de quórum na sessão de ontem.

Na sexta-feira deliberou-se, outrossim, que seria conveniente a votação da matéria em conjunto com a mensagem de aumento do funcionalismo, mas tal ficou condicionado, segundo o acordo estabelecido entre as lideranças do PMDB e PSDB, ao encaminhamento pelo Poder Executivo da mensagem, a tempo de apreciação conjunta, até o dia de hoje.

Ocorre que, infelizmente, a mensagem do funcionalismo foi deixada para o próximo ano, sem uma data certa ou sequer provável, pelo que se pleiteia, até em respeito à autonomia e independência do Poder Judiciário, a pronta votação do projeto da magistratura.

Esta é, Senhor Deputado, a primeira vez que o Poder Judiciário exerce o direito constitucional que lhe passou a conferir o poder de iniciativa na questão de vencimentos e a magistratura confia em que o projeto será votado e aprovado, lembrando que, se tal acontecer, os juizes do Paraná que passam por aflitiva situação financeira ainda não terão atingido os patamares de seus iguais nos Estados do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais, de Mato Grosso do Sul, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, máxime se for levado em conta que, desde outubro último, passaram a pagar o imposto de renda na integralidade de seus vencimentos.

Ao ensejo, renova a entidade a Vossa Excelência a expressão de seu respeito.

(a) FRANCISCO DE PAULA XAVIER NETO
Presidente

Ofício nº 1124/88

Curitiba, em 21 de dezembro de 1988.
Excelentíssimo Sr. Presidente:

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para, na forma do disposto no art. 96, inciso II, letra B, combinado com o art. 73 da Constituição Federal, encaminhar para exame dessa Augusta Assembléia Legislativa do Paraná, o incluso ateprojeto de lei, aprovado em sessão plenária de 20 do corrente mês, que dispõe sobre os vencimentos do Procurador Geral, dos membros do Corpo Especial e dos Procuradores do Estado junto a este Tribunal.

Ao ensejo, reafirmo a Vossa Excelência as expressões de alto e destacado apreço.

(a) ANTÔNIO FERREIRA RUPPEL
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Dispõe sobre os vencimentos dos membros do Corpo Especial e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas.

Art. 1º - O vencimento básico do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas é fixado em Cz\$ 462.962,97.

Art. 2º - O vencimento básico de Auditor do Tribunal de Contas é fixado em Cz\$ 403.777,78.

Art. 3º - O vencimento básico de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas é fixado em Cz\$ 403.777,78.

Art. 4º - Para atender as despesas com a execução desta Lei, o Poder Executivo fica autorizado a abrir, ou complementar, os créditos necessários.

Art. 5º - Os efeitos desta lei vigoram a partir de 05 de outubro de 1988, revogadas as disposições em contrário.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1098

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a dispensa da discussão e votação da Redação Final aos projetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão e que não tenham sofrido emendas ao longo de suas tramitações, de acordo com o disposto no parágrafo único do artigo 58, do Regimento Interno, acrescido pela Resolução n° 116/86.

Sala das Sessões, em 27.12.88.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 1101

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais. REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada cópia do presente requerimento ao Sr. Luiz Carlos Jorge Hauhy, Secretário de Estado da Fazenda, para que determine urgência na autorização do termo aditivo para complementação de construção da Agência de Rendas de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 27.12.88.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Já foi firmado convênio para construção da Agência de Rendas de Dois Vizinhos, e as obras já estão em andamento. Entretanto, tramita solicitação de aditivo, firmado pelo Prefeito Municipal, Sr. Dedi Montagner, no sentido de liberar mais recursos, através aditivo, para conclusão da obra.

Pede-se, deste requerimento, dê-se ciência ao Sr. Governador do Estado e à Secretaria de Estado das Finanças bem como à Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos, à Rádio Educadora e ao Prefeito Municipal.

REQUERIMENTO N° 1103

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, providências junto à Secretaria da Educação, com urgência, para que determine ao Diretor do Ginásio Estadual de Dois Vizinhos, para que proceda à matrícula dos alunos, sem contudo condicioná-la ao pagamento de taxas. As informações são de que o Diretor está exigindo a cobrança de Cr\$ 2.000,00 por aluno e mais duas prestações de Cz\$... 2.000,00, a serem pagas posteriormente, e mais Cz\$ 50,00 para manutenção e informa ainda que cobrará durante o ano mais Cz\$.. ... 100,00 para pagar material de provas.

Sala das Sessões, em 27.12.88.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A atitude do Diretor Roque Both tem causado revolta junto aos pais de alunos, que sabem que o ensino público é gratuito.

Aliás, já no ano passado também houve cobrança, causando os mesmos problemas que agora ocorrem.

Face ao exposto, requer-se providências, instaurando-se sindicância para averiguar os fatos ocorridos em 1987 e que agora se repetem em 1988.

Desta decisão, requer-se, dê-se ciência aos alunos através do Grêmio Estudantil, bem como cópia deste seja encaminhado a cada pai de aluno, através do respectivo Grêmio e ainda em todas as rádios, emissoras de TV e jornais da Região do Sudoeste e aos Membros dos Diretórios do PMDB, PT e PDT de Dois Vizinhos e à Inspeção Estadual de Ensino da Educação de Dois Vizinhos.

REQUERIMENTO N° 1108

Senhor Presidente.

Os Líderes de Partidos com assento nesta Casa, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM que a próxima sessão plenária da Assembleia Legislativa seja marcada para o próximo dia 06 de janeiro de 1989.

Sala das Sessões, em 27.12.88.

(aa) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Líder do PMDB

EDMAR LUIZ COSTA

Líder do PDC

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Líder do PSDB

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

PEDRO TONELLI

Líder do PT

EZEQUIAS LOSSO

Líder do PL

ERONDY SILVÉRIO

Líder do PTB

RAFAEL GRECA

Líder do PDT

REQUERIMENTO N° 1105

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. ALTIVA MAIA, ocorrido em 19.12.88, na cidade de Clevelândia.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões em 27.12.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dia 19 de dezembro faleceu na cidade de Clevelândia a Sra. Altiva Maia, que era viúva do Sr. José Cândido Maia.

A extinta deixou seis filhos, netos e bisnetos.

O passamento da Sra. Altiva veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de sua Serva.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Maia, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1106

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. RICARDO JORGE MACHADO LIMA, ocorrido nesta Capital.

Tal passamento vem consternar a sociedade curitibana, face aos dotes morais do extinto.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, no seguinte endereço: A. Guimarães, 105, ap. 14 - Batel.

Sala das Sessões, em 27.12.88.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 1107

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um

voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. BEILA RAIZ, ocorrido em data de ontem, nesta Capital.

Tal passamento vem consternar a sociedade curitibana, face aos dotes morais da extinta.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, na pessoa do Dr. Saul Raiz, no endereço: Av. Nossa Senhora da Luz, 2427 - Jardim Social, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27.12.88.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 1104

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Sr. Dr. Delcino Tavares da Silva, Secretário Estadual da Saúde, para que, através do Departamento de Odontologia Social, que mantém convênio com a Ação Integrada de Saúde, faça repasse de recursos financeiros para pagamento dos recursos humanos necessários, bem como para manutenção de seus equipamentos, no departamento de Odontologia. Estes recursos deverão ser destinados ao Sindicato dos Ensacadores e Carregadores de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 27.12.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Ensacadores e Carregadores de Campo Mourão - SUCECAM, presta relevantes serviços à classe dos ensacadores, através do seu Departamento de Odontologia, sendo que o mesmo atualmente passa por sérias dificuldades financeiras, necessitando desta maneira de ajuda econômica.

REQUERIMENTO N° 1102

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de luto ao jornal "Folha de São Paulo", por seu caderno especial publicado em 27.12.88, sobre o bi-centenário da Revolução Francesa.

Requer-se que o material publicado sob o título "O Mito Está Vivo", seja transcrito nos Anais da Casa, bem como da decisão dê-se ciência ao jornal "Folha de São Paulo".

Sala das Sessões, em 27.12.88.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Ainda que por muitos considerada morta, a Revolução Francesa "que celebra a emergência da soberania do indivíduo", conforme artigo do jornalista Caio Túlio Costa, vem, através do material publicado,

como uma série de mecanismo de resgate cotidiano da história, reviver princípios que têm norteado a conduta ideal do homem contemporâneo.

O sentido da dignidade, da igualdade e da fraternidade, ainda que parecendo conceitos redundantes, emergem renovados nesse caderno especial. A relevância da publicação fica ainda mais patente, na medida em que permite o conhecimento da Revolução Francesa de maneira mais ampla.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PDS, se fará uso do seu tempo. (Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDC.

Com a palavra o Sr. Deputado Líder, Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Infelizmente o Governo do Estado do Paraná não enviou, e notícias extraoficiais dão conta que não enviará esta semana, mensagem a esta Casa concedendo aumento ao funcionalismo público estadual.

Isso é profundamente lamentável, é mais um desserviço que o Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Haully, o grande cozeiro do Governo Álvaro Dias está prestando ao Governo que serve.

Ninguém ignora que o Paraná passa por dificuldades financeiras mas é evidente que não são os funcionários públicos, de todas as categorias, os responsáveis pelo desequilíbrio existente. O grande responsável pelo que acontece com o caixa do Estado do Paraná, é o Secretário de Estado da Fazenda, um homem incompetente, sem palavra, e provo que é um homem sem palavra e que não tem atendido às expectativas do nosso Estado.

Notem os senhores, nunca se sonegou tanto no Estado do Paraná, como se está sonegando agora. Por quê? Porque a equipe é falha. A corrupção fiscal está grassando em todo o Estado do Paraná, e até fita gravada existe por aí afora, falando a respeito da corrupção e provando a existência da corrupção. Por quê?

Porque o Secretário da Fazenda é um homem que não sabe comandar, é um homem incompetente que está levando o Paraná ao fundo do poço e levando também ao descrédito da opinião pública, o Governador Álvaro Dias.

Livre-se o Governador Álvaro Dias desse Secretário da Fazenda, e coloque um elemento com capacidade, com categoria, para dirigir as finanças do Paraná, ou en-

tão, logo quem estará no fundo do poço será o próprio Governador e seu Partido!

Lamentamos que a mensagem não tenha vindo a esta Casa, Sr. Presidente, e estamos aqui, à espera, e dependendo desta Mensagem para também podermos apreciar, votar o aumento merecido e muito a quem do merecimento dos Magistrados do Estado do Paraná. O funcionalismo público do Estado está todo defasado, enquanto a Prefeitura de Curitiba dá demonstração de que não existe crise e paga corretamente os seus funcionários.

Os funcionários do Estado estão começando a passar fome. Basta que se veja a péssima situação em que se encontram os próprios funcionários desta Casa!

É bom, é possível que tenhamos logo uma independência total entre os três Poderes. Defendo a tese que devemos aprovar logo o aumento dos Magistrados e encontrarmos nesta Casa uma fórmula para aumentarmos os funcionários da Assembléia, independentemente de mensagem deste incompetente Haully, e desse omisso Governo do Estado, com relação aos seus funcionários!

É o apelo que faço a esta Casa, para que o período continue, normalmente, se for possível, mas concedendo o aumento aos magistrados e que se forme uma Comissão para se encontrar a fórmula de bem remunerar os funcionários desta Casa, e que continuem as denúncias a respeito dos desmandos e da incompetência, que infelizmente grassa na Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Consulto a Liderança do Partido da Frente Liberal, se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT.

Concedo a palavra ao Líder, Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes à sessão pública da Assembléia Legislativa, desta terça-feira.

Faço minhas as preocupações manifestadas nesta tribuna pelo nobre Líder da Bancada do PDC nesta Casa, pois não é um fato isolado que estamos percebendo neste momento, o mal tratamento pelo qual o Governo do Estado dedica aos trabalhadores do Paraná.

Neste momento quem está sendo experimentado, penalizado, são os servidores públicos do Estado do Paraná. Mas toda vez que o Governo do Estado precisa de dedicação, de abrir a mão para compreender a ne-

cessidade da classe trabalhadora do Estado do Paraná, é esse comportamento que percebemos: que o sem-terra, quando os pequenos agricultores, quando os micro e pequenos empresários, quando os operários, quando os servidores públicos precisam da atenção desse Governo, não encontram ressonância nos palácios que representam o povo.

Não é o mesmo comportamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando os monopólios, os grupos dominantes e os exploradores querem ver atendidas as suas reivindicações, nobres Parlamentares. Quando as empreiteiras querem reajustes retroativos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não precisa fazer ato público, não precisa fazer manifestação no Legislativo.

Tomamos conhecimento, através de publicação no Diário Oficial, de volumosos recursos liberados para favorecer os grupos econômicos dominantes neste Estado, neste País e neste continente. Quando é para perdoar tributos de grupos apadrinhados, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não precisa fazer manifestação, nós tomamos conhecimento quando já está sacramentado e publicado no Diário Oficial; é só para os trabalhadores que têm que fazer levante, ato público, pressionar o Parlamento, que têm que denunciar à imprensa, que têm que mobilizar e em último caso cede-se um pouquinho.

Esse é o tratamento pelo qual esse Governo, um Governo que representa a classe dominante, os exploradores, coloca em primeiro lugar aqueles que não trabalham, aqueles que vivem do lucro e da dominação do homem pelo homem; e que coloca em segundo lugar aqueles que produzem a riqueza, que trabalham e que têm profissão.

Quero deixar registrado nesta tribuna o meu protesto e a minha incompreensão, porque até agora não entendi e gostaria de ver aqui as explicações do nobre líder da Bancada Governista nesta Casa, que há menos de uma semana nos garantiu nesta tribuna que terça-feira teríamos a hora de apreciar aqui duas mensagens de importância para 185 mil servidores públicos do Estado do Paraná, uma que já está nesta Casa, de autoria do Tribunal de Justiça, e outra de autoria do Executivo, que o objetivo era corrigir os salários dos servidores públicos do Estado do Paraná, que só no Governo Álvaro Dias, sem contar o período anterior, menos de dois anos, sofreram um arrocho de 134%. 134% é a reposição necessária para que os servidores públicos do Estado do Paraná recebam hoje o valor igual ao que recebiam no começo do Governo Álvaro Dias.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é lamentável, é indesejável o que estamos percebendo aqui, os funcionários públicos do Estado do Paraná começarão o

ano novo com mais um dissabor. As promessas antes da eleição, aquele calendário divulgado que seria pago o salário, 13º, reajuste, URP atrasada, o que é que aconteceu?

Será que o gato também comeu desta vez? Será que o gato comeu o calendário divulgado pelo Chefe do Executivo? Agora 15 dias de promessas chegou a comprometer o Líder da Bancada Governista nesta Casa, garantindo-nos que a Mensagem estaria aqui hoje com mais de 100% de reajuste para os funcionários públicos. E onde é que está?

O Sr. Edmar Luiz Costa - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Pedro Tonelli, eu não culpo o Deputado Artagão Mattos Leão, que é o Líder da Bancada do PMDB, pelo desencontro havido entre as notícias do Palácio que vieram a esta Casa, a respeito da mensagem de aumento do funcionalismo, porque o Governo na verdade está sem Líder nesta Casa, o Líder está em Nova Iorque tratando de algum assunto importante de interesse do Governo ou está fazendo uma viagem de férias antecipada, abandonando até seu próprio governo à própria sorte nesta Casa. Eu até elogio a atitude do Deputado Artagão Mattos Leão, que vem tentando se superar em suas funções perante a ausência da liderança do Governo nesta Casa.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço e realmente não quero culpar o Deputado Artagão Mattos Leão, porque ele não é o autor desse crime contra os funcionários públicos, mas ele, como representante político, como representante de um Partido que tem maioria nesta Casa, de um Partido que governa, evidentemente é dele que temos que exigir as devidas explicações para que saíamos daqui hoje, e quando sairmos, nos corredores onde vamos encontrar os funcionários desta Casa, sem contar os demais, temos que dar uma explicação convincente porque é que não votamos hoje a mensagem do judiciário e a mensagem dando aumento para os demais funcionários públicos do Estado do Paraná.

Essas são algumas preocupações, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que eu gostaria que não acontecessem mais, elas só não acontecerão mais no dia em que tivermos um Poder e um Governo competente, que tenham como primeiro mandamento a transparência, o comprometimento com a classe trabalhadora e com aqueles mais chegados que são os funcionários públicos, porque sem eles nem o Executivo, nem o Legislativo e nem o Judiciário funcionam, portanto eles merecem um reconhecimento melhor.

É isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Consulto a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se fará uso de seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido Democrático Trabalhista.

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, Srs. Magistrados que aqui se encontram nesta tarde prestigiando a sessão da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná já no final do ano de 1988.

Venho também à tribuna manifestar o descontentamento em nome de uma grande parcela de funcionários públicos do Estado que têm nos procurado, e nos indagado a respeito de como andam as negociações entre o Governo do Estado e uma Comissão de funcionários públicos a respeito da mensagem, aumento salarial. Lamentavelmente não se tem ouvido, não se tem conhecimento de que esta mensagem como já disse, como já disseram àqueles que me antecederam, o Deputado Edmar Luiz Costa, e o Deputado Pedro Tonelli, não se tem conhecimento e nem previsão de quando é que a mensagem vai chegar a esta Casa, e temos sentido o sofrimento desses funcionários, nós que temos tido contato diário com essa grande parcela de funcionários públicos, que passam um final de ano difícil, e ao que tudo indica, entrarão o ano de 1989 sem uma perspectiva de melhoria salarial. Por isso, a Bancada do Partido Democrático Trabalhista, PDT, também mostra-se solidária à situação dos funcionários públicos.

Alertamos aqui desta mesma tribuna, há questão de dez ou 12 dias atrás, que já se esboçava na cidade, e também no Estado do Paraná, um movimento dos funcionários públicos. Mais uma vez a Associação dos Professores, se movimentava no sentido de chamar a atenção do Sr. Governador do Estado, para que tomasse as devidas providências, procurasse encaminhar o mais depressa possível esta Mensagem, procurasse ajeitar a situação dos funcionários, para evitar, quem sabe, já no início do ano, uma greve em todo o Estado do Paraná.

E, lamentavelmente ficou apenas nestas reuniões, entre o Governo que está aí, o Sr. Ary Queiroz, que está substituindo o Sr. Álvaro Dias; e a comissão de servidores públicos. Ficamos sabendo ontem, de que somente após o final do ano, é que poderá se ter definição de uma negociação, em termos de um reajuste salarial.

É profundamente lamentável, e nós sentimos isto, porque temos recebido em nosso gabinete, encontramos aqui pelos corredores desta Casa, não apenas funcionários da Casa, mas funcionários de outros órgãos, de outras Secretarias, que nos procuram

alertar. Pedem até para que os parlamentares se posicionem a respeito disso, para que faça uma cobrança, e eu lamento não ter trazido aqui, neste momento, um questionário feito pelos funcionários públicos, que eu tenho certeza, foi distribuído em todos os gabinetes dos Srs. Parlamentares, onde fazem cobranças, onde pedem a solidariedade, de nós Parlamentares.

Por isso, o PDT, Partido Democrático Trabalhista, vem a esta tribuna, manter-se solidário e exigir também, o mais rápido possível, uma definição do Governo do Estado, com esta Comissão de servidores públicos, para que tenhamos rapidamente, uma solução para este problema.

Concedo o aparte ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - Deputado Algaci Túlio, ao engrandecer a sua participação no nosso Horário da Liderança, eu reforço a sua argumentação, lembrando que mais de 100% de defasagem salarial foi o que o governo reservou nos dois últimos anos para os funcionários públicos do Estado.

O Governo do PMDB tem ao mesmo tempo mantido "record" sobre "record", de inflação, e qualquer prece de ano novo tem que ter obrigatoriamente, a súplica: "Livrai-nos Sr. da inflação, livrai-nos Sr. da inflação."

Fala-se em 35%, em janeiro, mais de 1% ao dia; nós sabemos que a inflação de dezembro será de 28% ao mês, vemos que o Governador sumiu com a Mensagem de aumento dos funcionários. Alguns jornais falam que o governador estaria em Nova York com a família, recolhido ao belo "White Christmans", isto é, um "Natal com neve". No entanto, se ele não está em Nova York, e se ele está aqui no Paraná, seria muito mais fácil até, que participasse com gravíssima responsabilidade, dessa reposição salarial do funcionalismo público do Estado.

Veja, Deputado Algaci Túlio, o drama que sofre o nosso companheiro Namir Piacentini, que não consegue trazer nenhum assessor mais qualificado de Campo Mourão para cá, porque para pagar o aluguel, mais as despesas de colégio, mais as despesas de mudança, com instalação de um funcionário, no cargo de confiança mais elevado do nosso gabinete, ele sofre extrema dificuldade, porque, os duzentos e poucos mil cruzados que paga a Assembléia, para um "bico" de confiança mais elevado, à nossa disposição, porque os nossos cargos de confiança estão se transformando em "bicos" de confiança. Um jornalista de categoria, um advogado de categoria não pode manter uma dedicação exclusiva a um Deputado com esse salário de duzentos e poucos mil cruzados. Quer dizer, de repente, há

um achatamento salarial e há uma perda grave da qualidade na nossa assessoria Parlamentar. Então, se isso acontece no salário mais elevado sabe Deus o que não acontece nos salários menos elevados e todos nós vemos o resultado do achatamento a nível de todos os trabalhadores.

Então, é imperioso que depressa se reabra essa discussão, que esta Mensagem venha para esta Casa e que a Assembléia continue a oferecer aos seus Deputados e aos assessores dos Deputados salários compatíveis com a dignidade do exercício do Mandato Parlamentar.

É o que eu quero dizer, Deputado Algaci Túlio, agradecendo ao aparte que V.Exa. me concede.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pretendia, hoje, também falar a respeito da verdade sobre a implosão do cassino tão comentado de Foz do Iguaçu, meu tempo já se esgota, mas, na sessão de amanhã direi aqui o que disse o Prefeito Dobradino Gustavo da Silva ao Departamento de Polícia Civil do Estado do Paraná. Alguns escândalos referentes ao que aconteceu em Foz do Iguaçu, em relação ao Cassino. Reservo para amanhã este meu pronunciamento.

Por ora fica, mais uma vez, a solidariedade da Bancada do Partido Democrático Trabalhista em relação à situação de penúria que vive hoje o funcionário público do Estado diante da situação que se mostra, e diante da insensibilidade do Governo do Estado em negociar, o mais depressa possível, o resultado para esta situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Consulto à Liderança do PSDB se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Deputado Líder Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Magistrados, que nos honra com suas presenças, funcionários públicos da Assembléia e dos demais setores, do Tribunal de Contas, da Administração direta e indireta do Estado.

Ouvimos, atentamente, as várias lideranças se manifestarem com relação ao aumento do funcionalismo da Magistratura, enfim, a questão salarial que envolve os diversos segmentos ligados aos setores já nominados aqui.

Na última sexta-feira o requerimento de nossa autoria que pedia a reinclusão na Ordem do Dia e o regime de Urgência à Mensagem vinda do Tribunal de Justiça, isto é do Poder Judiciário, para que ela fosse novamente apreciada no seu mérito por esta Casa. Por entendimento com a Liderança do PMDB nós acordamos, nós todos Deputados,

de que hoje estaria na Casa também a Mensagem de aumento do funcionalismo público do Estado do Paraná. Pois bem, não veio a Mensagem, mas, o requerimento está posto quanto à discussão do aumento da Magistratura. Evidentemente que este requerimento não exclui e nem deve excluir a possibilidade, o dever do Executivo, de encaminhar a sua Mensagem em relação ao aumento do funcionalismo público. O Poder Judiciário assim o fez, cumprindo novo dispositivo constitucional, que lhe dá a competência exclusiva para o encaminhamento da mensagem. Da mesma maneira que a competência exclusiva do Tribunal de Justiça existe na Constituição, a competência exclusiva do Poder Executivo também deve ser exercida para que hoje não estivéssemos aqui discutindo e esperando ansiosamente que a Mensagem de aumento do funcionalismo público fosse objeto de discussão, ainda este ano, neste período extraordinário.

Estas iniciativas em separado é que dão a nova dimensão da própria Assembléia Legislativa pelo dever constitucional de exercer todas as suas prerrogativas, todos os seus deveres que o Deputado tem pelo mandato popular.

Nós recebemos e discutimos aqui, Mensagem do Executivo sobre o IPVA, sobre a contribuição de melhorias, sobre adicional do Imposto de Renda, sobre a causa "mortis", a taxa judiciária, sobre a venda da prisão privisória do Ahú e recebemos também nesta Casa a Mensagem que cria o imposto - ICMS; ora todas essas mensagens já estão há dias aqui, poderia ter acontecido também em relação ao aumento do funcionalismo público.

Razão por que, o requerimento que se encontra à Mesa para votação, é em síntese um apelo às lideranças, aos Deputados para que exerçamos com toda a plenitude a prerrogativa do Parlamentar, que é a de analisar o mérito da mensagem que é encaminhada por competência exclusiva do Poder Judiciário e ao Executivo que encaminhe com a maior urgência possível, a mensagem do aumento do funcionalismo público; são poderes distintos e cada um com as suas competências constitucionais definidas e em razão disso, as responsabilidades tanto de um Poder como de outro estão claramente, constitucionalmente definidas na Carta magna aprovada no dia 5 de outubro.

Nós Parlamentares somos outro Poder e este Poder também tem que ser exercido, o mérito das questões que vêm a esta Casa não pode ser postergado, assim como não pode ser postergada a obrigação que tem o Executivo de encaminhar a mensagem de aumento do funcionalismo público. Esses tempos são tempos difíceis, o documento elaborado pelos funcionários da Assembléia, desejando Feliz Natal aos Deputados Esta-

duais e extensivo às suas famílias, é um recado doloroso, é um recado que fez com que, infelizmente não pude ler antes do Natal, só pude ler quando cheguei aqui, na viagem de segunda-feira, é um recado que faz com que nós todos façamos uma reflexão maior desses momentos difíceis, o momento da inflação, o da indefinição, o momento do veto ao salário-mínimo pelo Presidente José Sarney, dando um recado negativo à prerrogativa do próprio Congresso Nacional, o momento da inflação, o momento em que os lares, na véspera de Natal se faz ver um "papai noel" longínquo, como se fosse a imagem do folclore apenas, é o momento de refletirmos quando o policial rodoviário ao parar o meu veículo e descobrir que eu era Deputado faz um apelo dizendo: "Deputado, o nosso salário é de noventa mil cruzados" e eu disse: estou cumprindo com o meu dever, hoje é dia de Natal e estou viajando para amanhã estar na Assembléia e verificar o seu problema, como verificar o problema de todo o funcionalismo público. Ele me disse: "Deputado, nem uma calça eu pude comprar neste Natal". Nem a ele, nem a seus filhos e nem a ninguém.

Esses tempos difíceis fazem com que nós todos assumamos as nossas responsabilidades. A nossa responsabilidade é apreciar o mérito das questões e é cobrar esta mensagem do Executivo, para que venha com urgência necessária, para pelo menos minorar este sofrimento que hoje ocorre com relação ao funcionalismo público do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para encerrar o nosso requerimento que se encontra à Mesa, mantemos a posição de que ele deve ser votado para ser incluído na Ordem do Dia da próxima sessão, que não sei quando a Presidência irá convocar, mas no dia em que convocar, votado hoje, o requerimento, poderá entrar em discussão na próxima sessão em que vamos discutir também a mensagem do Executivo e espero que até lá já esteja aqui na Casa. Nós ganharemos tempo, a mensagem do Executivo virá, irá para as Comissões e concomitantemente poderão ser apreciadas nas próximas sessões que a Presidência da Casa irá convocar.

Esta é a posição do PSDB.

O Sr. Rafael Greca - V.Era. permite-me um aparte? (Assentimento).

É só para saudar V.Era. na tribuna da Oposição, isso é um prenúncio de que teremos uma Legislatura mais vibrante, com certeza menos manequista e portanto mais concorrente com os elevados interesses não só de um partido, mas do povo do Paraná como um todo, nós saudamos a presença de V.Era. como Líder do Partido da Social De-

mocracia Brasileira na tribuna da Oposição e nos empolga sobremaneira porque assim poderemos fazer um jogo mais de acordo com o interesse do Paraná e menos de acordo só com o interesse do príncipe que hoje não está em palácio.

Muito obrigado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Agradeço o aparte de V.Era. e quero dizer que estamos com a Bancada do PSDB construindo o novo de novo e vamos em frente, e agradeço as palavras generosas de V.Era.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)... Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ouvimos hoje na tribuna desta Assembléia acusações, calúnias até a elementos que compõem o Governo do Estado do Paraná e até mesmo insinuações com relação a S.Era. o Sr. Governador Álvaro Dias.

Mas, não podemos levar em consideração, e a essas críticas nós reputamos como "jus sperniandi" da Oposição, demagogicamente, querendo, evidentemente, fazer média, entre aspas, com servidores que se encontram neste plenário e nesta sessão.

É evidente que o Secretário de Estado da Fazenda é um cidadão competente. Vem cumprindo o seu papel junto àquela pasta.

De que adiantaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Secretário concordar com um aumento de duzentos por cento, duzentos e cinquenta por cento aos senhores funcionários públicos e a caixa do Estado não ter dinheiro para pagar.

Temos que andar nos momentos difíceis com os pés no chão.

Os senhores funcionários públicos pleiteiam um aumento justo à defasagem gritante sim, em seus vencimentos. Os funcionários deste Poder também pleiteiam o seu justo reajuste. Os professores assim o fazem. E o Governador em exercício, Dr. Ary Queiroz, vem negociando com uma Comissão Partidária, procurando chegar a um denominador comum, reconhecendo o direito dos senhores funcionários públicos mas não podendo extravasar da competência do Estado ao pagar os senhores funcionários.

O Deputado Pedro Tonelli diz que exige explicações do Líder da Bancada do PMDB. Pobre Deputado Pedro Tonelli! Quem é V.Era. para exigir explicações. Se V.Era. se colocar em seu lugar...

O Sr. Pedro Tonelli - V.Era. permite um aparte?

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - ...e pedir explicações a um colega eu as darei, Deputado Pedro Tonelli, com muita boa vontade, mas exigir só na sua casa, no seu terreiro ou no seu Partido.

A mim V.Exa. não exige, não tem direito de exigir nada, porque eu não devo nada a V.Exa.

Fique no seu lugar, Deputado Pedro Tonelli, fique cuidando lá das suas abelhas que V.Exa. tem mais futuro.

A Mensagem dos senhores funcionários públicos deve vir no início de janeiro, através de Mensagem de S.Exa. o Sr. Governador Álvaro Dias, uma Mensagem com percentagem justa, com aquela percentagem, com aquele reajuste que os srs. funcionários públicos tanto almejam e que estão esperando.

Nós estamos trabalhando para isto, nós estamos lutando para que isto aconteça. E os Senhores Deputados estarão aqui no início de janeiro, ou seja, no dia 5, ou dia 8, ou no dia 10 para votarmos essa Mensagem de S.Exa. o Sr. Governador, e temos certeza que esse reajuste, deverá ser incluído, terá que ser incluído na folha do mês de janeiro.

Os Srs. Deputados, tão logo essa Mensagem chegue a esta Casa de Leis, aqui estarão para votá-la, analisá-la e discutí-la. Mas não podemos permitir que elementos que fazem política com acusações, com demagogias estereis, fúteis, venham a esta Casa de Leis querer marcar presença em cima da cabeça de um Governador sério e competente, como é o Governador Álvaro Dias. A Bancada do PMDB estará atenta como sempre esteve defendendo os senhores funcionários públicos quando necessário, mas defendendo também o nosso líder maior, que é o Governador Álvaro Dias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Encerrado o Expediente...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu indagaria de V.Exa. se foi concedida a palavra no Horário das Lideranças à nossa Representação, o Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) V.Exa. consultando o Deputado Luiz Antonio Setti ele lhe confirmará que foi dada a palavra. Mas V.Exa. tem a palavra pela ordem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Obrigado pela compreensão de Vossa Excelência apenas para, devidamente autorizado pelo Deputado Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro Luiz Antonio Setti, definir o posi-

cionamento do Partido Trabalhista Brasileiro com relação a dois requerimentos que tramitam na Casa, um já na Mesa e outro em fase de escolha de assinaturas das lideranças.

O primeiro é de autoria, se não me engano, do nobre Deputado Nereu Carlos Massignan, que requer a reinclusão na Ordem do Dia da Mensagem que trata dos vencimentos da Magistratura. Evidente que votaremos favoravelmente ao requerimento porque votamos contrariamente ao requerimento da mesma Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira, pois quer fazer média aqui dentro. Mas quem foi o mentor intelectual foram elementos deste Partido para que fosse retirada da Ordem do Dia a Mensagem. Nós não assinamos o requerimento na qualidade de então Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, e hoje votaremos favoravelmente ao requerimento desse mesmo Partido, solicitando a reinclusão na Ordem do Dia porque não é para agradar a Magistratura.

Nós recebemos aqui uma circular, uma manifestação da Associação dos Magistrados do Paraná e queremos parabenizar o seu Presidente pela defesa veemente que faz da sua classe, da sua categoria profissional. Se todos agissem desta forma, o funcionalismo público não estaria na situação difícil em que se encontra hoje, principalmente o deste Poder, que é um funcionalismo espezinhado; hoje o funcionalismo mais mal pago, a categoria mais mal paga, é o funcionalismo da Assembléia Legislativa do Estado.

Como também deixamos de assinar um novo requerimento que está tramitando na Casa, colhendo assinaturas das lideranças para que entre num mini-recesso até o dia 9 de janeiro. Nós sabemos que a situação, não só da Magistratura, mas de todo o funcionalismo público é aflitiva. E não vemos nenhuma razão para que se postergue até o dia 9, para que se proteja uma decisão que tem que ser da Casa. Nós entendemos que as festividades da passagem do ano são muito justas, é para se passar em família, e os Srs. Deputados também têm esse direito, mas não vejo o porquê de se esperar até o dia 9. A Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro...

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está encerrado a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 35 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 348/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 130/88), que altera a redação do art. 1º da lei nº 8.560, de 13/10/87, que versa sobre operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal, através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - F.A.S.. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 79/88 (ex-Proposição nº 86/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomada de Contas, por unanimidade, que ratifica a decisão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, proferida no acórdão nº 1.954, de 21 de junho de 1.988, referente à prestação de contas da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 79/88

Art. 1º - A Comissão de Tomada de Contas, no uso de suas atribuições regimentais, e de conformidade com o artigo 5º, parágrafo 2º, da Lei nº 6765, de 26 de dezembro de 1965, resolve:

Ratificar a decisão de egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, proferida no Acórdão nº 1.954, de 21 de junho de 1.988, referente à prestação de contas da Empresa Paranaense de Classificação e Produtos - CLASPAR.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04.11.88

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente;

TADEU LÚCIO MACHADO - Relator

Apoio: Werner Wanderer, Sabino Campos e Milton Barbosa.

COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 86/88

PARECER:

Do exame procedido por esta Procuradoria da Proposição nº 86/88, e mais, de conformidade com o relatório apresentado pela Comissão nomeada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que procedeu à perícia na prestação de contas de 1.985 da CLASPAR - Empresa Paranaense de Classificação de Produtos, que deixou evidenciada a responsabilidade dos administradores daquela empresa, não restam dúvidas de que as contas são imprestáveis, eivadas de malícia e má fé, não merecendo aprovação daquele Tribunal.

Pelo constante no parecer nº 6679/88, T.C., e no Acórdão nº 1954, de 21 de junho de 1.988, daquela Corte de Contas, que examinou e discutiu os autos de Prestação de Contas, protocolado sob nº 5691/86-T.C., de responsabilidade do Pre-

sidente da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR, referente ao exercício de 1.985, não mereceu aprovação, pelas razões acima citadas.

Outrossim, deve esta Comissão de Tomada de Contas, referendar aquela decisão, decidindo pela apresentação de Projetos de Resolução, de acordo com a Lei nº 6765, de 26 de dezembro de 1.965, artigo 5º, parágrafo 2º.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 04.11.88

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente;

TADEU LÚCIO MACHADO - Relator.

Em discussão.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para discutir).

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO - (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Artagão de Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, o Artigo 15, inciso 2 da Constituição Estadual, reza que em período extraordinário, só podem ser discutidos e votados os Projetos que constem de Mensagem de S.Exa. o Sr. Governador. Consultaria a V.Exa. se este Projeto consta da Mensagem de S.Exa. o Sr. Governador, que convocou a Assembléia em caráter extraordinário.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

V.Exa. tem razão, esta matéria não consta da convocação do período extraordinário da Assembléia Legislativa e portanto esta Presidência determina que será retirada a referida discussão e votação deste Projeto nº 79/88 e solicita ao nobre Líder Pedro Tonelli que esta matéria, em virtude da retirada, que V.Exa. elegantemente, como se tem dirigido a esta Mesa, esta Presidência pede vênias a V.Exa. para que, quando este Projeto voltar à Ordem do Dia, V.Exa. terá prioridade no encaminhamento e discussão da matéria.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Como os demais projetos, Senhor Presidente, que estão sendo votados.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 99/88 (Mensagem nº 121/88, ex-Proposição nº 114/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os termos aditivos e convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, nas datas e com os objetivos que especificam, e também cópia autêntica do Convênio

celebrado em 30.11.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, objetivando apoiar a execução do Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas no Estado. - Em discussão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) Da mesma forma, Sr. Presidente, eu solicitaria então que Vossa Excelência determinasse a retirada da Ordem do Dia deste Projeto de Resolução nº 99/88, e do Projeto nº 100/88, caso os mesmos não constem da Mensagem do Sr. Governador.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência lamenta informar a Vossa Excelência que essa Mensagem foi incluída entre as que o Governador convocou esta Assembléia para que apreciasse em período extraordinário.

Em discussão. Em votação. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 100/88 (Mensagem nº 120/88, ex-Proposição nº 112/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os termos os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública com os municípios, datas e objetivos que especifica, encaminhando também cópias autênticas de Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública com os Municípios adiante mencionados, objetivando a construção ou reforma de prédios para unidades policiais. Em votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) ... Item 4º. Primeira Discussão do Projeto de Resolução nº 100/88.

Este projeto também consta da Mensagem do período extraordinário.

Em discussão. Em votação. Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de nº 1098, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1108, de autoria dos Srs. Deputados Líderes dos Partidos do PMDB, PT, PDC, PL, PDS, PSDB, PTB, PDT e PFL, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1105, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1106, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1107, de autoria do

Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1096, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, qual é o requerimento?

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Requerimento do Deputado Nereu Massignan, que requer a reinclusão do Projeto da Magistratura na Ordem do Dia.

Em votação. Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sr. Presidente, Pela Ordem, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência anunciou o resultado aprovado, ninguém suscitou dúvida quanto à aprovação, e esta Presidência mantém o resultado aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Não, Sr. Presidente, solicito que Vossa Excelência faça verificação de votação; Vossa Excelência não a fez.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Mas foi anunciada a aprovação do requerimento.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sr. Presidente, eu pediria a Vossa Excelência, que sempre agiu com correção nesta Presidência, e sendo este Líder um de seus admiradores, que fizesse a verificação de votação.

É justo, e o meu pedido é regimental. Eu pedi a verificação e Vossa Excelência concedeu e não a fez. Então pediria que Vossa Excelência agisse como sempre agiu.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Requerimento a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência defere e fará a chamada nominal devida, através do 1º Secretário.

(É procedida a chamada nominal)

Responderam à chamada nominal 32 Srs. Deputados. Há quórum para deliberação.

Os Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Nereu Massignan, permaneçam como estão. - Aprovado.

Requerimento dos Deputados Artagão Mattos Leão, Pedro Tonelli e Basílio Zanusso, solicitando que a próxima sessão seja realizada no dia 09. Estava devida-

mente assinado pelo Líder do PDC, Deputado Edmar Luiz Costa, que retirou sua assinatura, Deputado Ezequias Losso, que também retirou a assinatura e o Deputado Rafael Greca, que também a retirou.

Eu faria um apelo às lideranças, para que tivessem um entendimento e escolhessem uma data. Talvez não o dia 4 e também não o dia 9, para que esta Casa pudesse atender o pleito da magistratura, bem como, fazer um apelo para que o Governo se sensibilize e envie a esta Casa a Mensagem talvez dia 4 ou 5 e esta Casa poderia muito bem pelo dia 5 ou 6 retornar às atividades normais.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem)

Eu sugeriria então, Sr. Presidente, que Vossa Excelência, se assim lhe aprouver, marcar uma nova sessão para o próximo dia 6 de janeiro.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Eu consultaria aos demais líderes para que este fato fosse do pleno entendimento, porque se trata de matéria muito polêmica e de grande interesse de todas as classes funcionais do Paraná. Para que tivéssemos um entendimento, pois não adianta abriremos dia 4 e não ter número. Gostaríamos que esta Casa, inteligentemente, como tem tomado todas as decisões fizesse de comum acordo.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, o PDC apoia a iniciativa da Liderança do PTB e concordamos com o dia 4.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Da mesma forma o Partido Democrático Trabalhista apoia a iniciativa dos dois outros Partidos e pede que seja no dia 4 a reabertura da Assembléia, pelo seguinte, Sr. Presidente, o fato de a Mensagem vir no dia 9, o fato de o Governador estar licenciado até o dia 5, tudo isso somado, pode acarretar o pagamento da reposição salarial devida aos funcionários, em folha suplementar, e tudo isso vai agravar ainda as relações trabalhistas do Governo do Paraná com os funcionários públicos do Paraná, porque o Governo vai pagar em folha suplementar, vão jogar o dinheiro no over, no cassino econômico deste País e os funcionários vão perder, pelo menos, em torno de 45 a 60% do poder aquisitivo de seus salários, até que se pague esta folha suplementar. De maneira que, estes dois dias se impõe, sejam considerados pela Assembléia, nós apelamos ao Sr. Líder do PMDB para que se abra a Assembléia no dia 4, e por que não, para que se consulte o Governador Álvaro Dias, alhures, onde ele se encontre passando as suas férias de Natal

e de Fim de Ano, para que se permita ao Governador em exercício, o envio da Mensagem de reposição salarial aos funcionários.

Hoje o Paraná tem um Governador, é o vice-governador em exercício, mas é o Governador em plenitude, então não há porque tudo isso por um dia a mais ou a menos de férias que nós reputamos necessárias a todos os trabalhadores do Governo do Estado. Portanto, nós fechamos com o dia quatro.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - (Pela Ordem) Pelas razões de ordem técnica muito bem expostas pelo Líder do PDT, manifestamos também a nossa concordância pelo dia 4 de janeiro.

O SR. NEREU MASSIGNAN - (Pela Ordem) A bancada do PSDB concorda com o dia 4 por razões técnicas, razões humanitárias, já que envolve aí um universo muito grande do funcionalismo, da magistratura, do Tribunal de Contas, de funcionários da Assembléia Legislativa.

Dia 4 a nossa Bancada, e faço um apelo a todos os companheiros, de todas as bancadas, para que estejamos aqui votando as mensagens de aumento ao funcionalismo e demais segmentos que se encontram na Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência informa a Vossa Excelência que apenas tem em mãos o requerimento assinado por vários Srs. Deputados do dia 9. Vossas Excelências então votem contra o requerimento.

Em votação o requerimento.

O SR. NEREU MASSIGNAN - (Pela Ordem) Eu consulto se a Liderança assinou este requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) - PSDB está em branco.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência suspende a sessão para que os líderes conversem e cheguem a um denominador comum, porque conversar é inteligência.

Está suspensa a sessão por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE - Está reaberta a Sessão. Esta Presidência comunica ao Plenário que, de acordo com o entendimento entre os Srs. Deputados e Lideranças, marcará sessão para o dia 6, às 10:00 horas da manhã. Entramos em acordo entre os dias 4 e 9, e acertamos para o dia 6.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Ten-

do em vista, Sr. Presidente, a decisão anunciada por Vossa Excelência, de que a Assembléia retornará às suas atividades apenas no dia 06 de janeiro, gostaríamos de informar aos Srs. Parlamentares, em nome do Bloco Agropecuário da Comissão de Agricultura, que a reunião que tínhamos com as lideranças do setor produtivo do Paraná com as federações do Comércio, Indústria, e do setor da Agropecuária, marcada para o dia 03, às 14:00 horas, neste Parlamento, fica marcada para o dia 03, às 14:00 horas, nas dependências da OCEPAR, Organização das Cooperativas do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu.

Portanto, fica mantida a reunião para o dia 3, mudando apenas o local da reunião, em vez de Assembléia Legislativa, fica marcado para a OCEPAR.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu consulto da egrégia Mesa, se entende que se marcando a sessão para o dia 06, já havendo a mensagem do Sr. Governador aqui, haverá possibilidade de inclusão da reposição salarial na folha do mês de janeiro. Nós podemos passar o ano tendo consciência de que temos toda responsabilidade na justa reposição salarial dos funcionários?

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência responde a Vossa Excelência que pelo poder que eu tenho a honra de representar, a Assembléia pagará aos seus funcionários, se Deus quiser, que esta Mensagem venha. Acredito que o Poder Judiciário pela sua competência também o fará. Agora, não posso avaliar o Governo, que pela demora da Mensagem não sei se há interesse em pagar os funcionários no mês de janeiro.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, é evidente que há interesse do Governo do Estado em pagar a folha de janeiro já com aumento; e é evidente que marcarmos uma Sessão para o dia 05, para o dia 04 ou para o dia 06, não é o mais importante, o importante é que a Mensagem do Senhor Governador esteja na Casa. Porque não adianta marcarmos uma reunião para o dia 04 e a Mensagem do Governador chegar dia 05 ou dia 06. Então, acho que Vossa Excelência agiu muito bem, dia 06 esta Mensagem deve estar nesta Casa de Lei e nós iniciaremos o seu estudo então.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Nós faremos as nossas orações, solicitando a Deus que ilumine o Governo para que aqui remeta essa mensagem com a maior brevidade possível.

Requerimento de nº 1009, de autoria

dos Senhores Deputados Lauro Lobo Alcântara, Paulo Furiatti e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1103, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1101, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1102, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 1104, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Nada mais havendo a tratar, esta Presidência deseja aos Senhores funcionários, Senhores Parlamentares, Senhores Magistrados que nos honram com suas presenças, Senhores Jornalistas, um feliz ano de 1989, pedindo a Deus que abençoe a todos e ilumine nossos caminhos para que possamos, no exercício de nosso mandato popular, sermos realmente uma peça de desenvolvimento aos trabalhadores e ao nosso Paraná, e anuncia a Ordem do Dia para a Sessão do dia 06 às 10:00 horas:

Antes porém com a palavra o Deputado José Afonso Júnior.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Senhor Presidente, eu gostaria nessa oportunidade de cumprimentar Vossa Excelência pela inteligente entrevista que o Senhor fez no programa Contradição, ainda na noite de ontem e a maneira corajosa, a maneira competente com que Vossa Excelência colocou as idéias do Poder Legislativo elevando esta Casa de Leis para o conhecimento de toda a comunidade do Paraná.

Parabéns, a Vossa Excelência, por esse pronunciamento feliz que fez na noite de ontem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência agradece e sabe que a amizade que Vossa Excelência nutre por este Presidente é que faz elevar suas palavras até nós.

E anuncia com grande satisfação a primeira discussão do Projeto de Lei nº 322/88 para votação no dia 06.01.89, às 10:00 horas em homenagem à justiça do meu Estado.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente em face de acordo das Lideranças marcou a próxima sessão para o dia 06 de janeiro de 1989, sexta-feira, às 10:00 horas, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 99/88, 100/88.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/88.

Antes porém, o Senhor Deputado Orlando Pessuti comunicou que a reunião promovida pelo Bloco Parlamentar Agropecuário, que estava marcada para o próximo dia 03 de janeiro, neste Poder, será realizada na mesma data, porém nas dependências da OCEPAR.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NEREU CARLOS MASSIGNAN, EM SESSÃO DO DIA 27 DE DEZEMBRO DE 1988.

"O MITO ESTÁ VIVO"

200 ANOS DA REVOLUÇÃO FRANCESA

Caio Túlio Costa

As comemorações do bicentenário da Revolução Francesa começam em 1º de janeiro, e 1989 será transformado em ano da Revolução. A França inteira - e onde mais a Revolução deixou suas marcas - cultivará a cidadania. O planeta será pequeno para abrigar a apaixonante necessidade de celebrar a emergência da soberania do indivíduo. Para os liberais, a data marca o nascimento da democracia (Tocqueville). Para a esquerda, o surgimento da burguesia enquanto classe no poder (Marx). No entanto, 200 anos depois do estopim da radical transformação que prescindiu de teóricos, a Revolução Francesa continua tão misteriosa quanto contraditória. Considerada morta, ela permanece o exemplo acabado tanto do bem quanto do mal.

Para o bem, depois de marchas e contramarchas, o governo socialista francês conseguiu montar um apoteótico projeto de comemorações, grandioso e necessário para mostrar ao mundo que a fraternidade ainda tem sentido, e que, além disso, festa é com a França. Portanto, nunca é pouco repetir que, pelo menos, três obras faraônicas estão no centro da celebração.

A mais polêmica é a pirâmide de vidro que servirá de entrada do Museu do Louvre. Ali começa a grande perspectiva que atravessa o jardim das Tulheiras (cenário de grandes acontecimentos durante a Revolução, abrigando o palácio no qual Luís 16

foi morar depois que deixou Versalhes), passa pela praça da Concórdia (onde a quilhotina foi rainha), percorre a avenida Champs Elyseés, mergulha sob o Arco do Triunfo e chega além dos limites da cidade, ao topo da colina de La Defense. Lá se erque a segunda grande obra do bicentenário, o Arco de La Defense, um edifício de 72 andares em forma de cubo vazado, construído em concreto e vidro, abrigando na sua cobertura a Fundação dos Direitos do Homem, que será inaugurada também em 1989. Na direção leste de Paris, o governo erigiu um teatro de ópera, exatamente na praça da Bastilha (local da prisão que foi invadida pelos revolucionários em 14 de julho de 1789 e depois derrubada, pedra por pedra). Os trabalhos de construção da pirâmide - que inclui a transformação do atual Louvre no duplamente maior Grande Louvre - estão custando US\$ 350 milhões, o Arco de La Defense sai por US\$ 600 milhões e a Ópera da Bastilha US\$ 380 milhões.

Dinheiro não tem sido problema, já que o orçamento da "Missão do Bicentenário" - equipe de 47 cérebros encarregados de pensar, centralizar e dar andamento aos seis mil projetos de exposições, espetáculos, congressos, simpósios e festejos apresentados até agora - é de US\$ 54 milhões. Isto sem contar as despesas que o governo terá com fanfarras, jantares, passeios e desfiles, e o necessário para as viagens dos chefes de Estado que se deslocarão para Paris no mês de julho. A França sediará a reunião anual dos "Sete Grandes". Além disso, espera receber um batalhão de presidentes para assistir o monumental desfile de 14 de julho, a data nacional. O governo, dito de esquerda, não quer deixar por menos.

Os termos "direita" e "esquerda", a propósito, nasceram na Revolução Francesa, para diferenciar fisicamente as correntes políticas no Parlamento. Os jacobinos tinham sua bancada à esquerda no plenário. Este bicentenário seria bem diferente se a dita direita francesa estivesse no poder. As diferenças entre os projetos da Prefeitura de Paris - administrada pelo Prefeito de direita Jacques Chirac - e os da Presidência socialista são marcantes. Refletem a maneira pela qual a Revolução sobrevive no imaginário das correntes políticas. Mitterand pretende fazer do bicentenário uma festa fraterna - plantação simultânea de árvores em todas as cidades do país, balões no céu, bailes que varam a madrugada, reconstituições históricas de desfiles e momentos da Revolução -, numa celebração jamais vista da Declaração dos Direitos Humanos, marca registrada da Revolução, Chirac fará de Paris um show de exposições e inaugurações de estátuas. Os socialistas privilegiarão o que a Revolução trouxe de

moderno com respeito ao cidadão. A direita reesaltarão o civismo.

O espaço que a "Missão" deixou para a organização SOS-Racismo (satélite do Partido Socialista) é significativo. O movimento anti-racista - num país onde o racismo não significa somente a ojeriza aos negros, mas a todos os imigrantes, sejam de que nacionalidade for - prepara a apologia de Toussaint Louverture, um escravo que virou líder nas Antilhas mas acabou nos calabouços de Napoleão. Por conta dos socialistas, 1989 será o porre dos direitos humanos. O elogio da fraternidade contra a arenga comunista.

Estão longe os tempos em que intelectuais comunistas davam o tom na historiografia, e, portanto, influíam ideologicamente nas imagens da Revolução. Leninista por certidão de nascimento, a 'intelligentsia' comunista considera o período do Terror na Revolução Francesa um "mal necessário". Calcula-se que pelo menos 16.594 pessoas foram executadas neste período. Em junho de 1794, a guilhotina funcionou seis horas por dia e decepou no mínimo 2 mil cabeças. Lenin achava a ditadura jacobina e o Terror um dos aspectos positivos da Revolução Francesa. O grande enigma desta Revolução não é segredo para ninguém: ela está tanto na gênese das democracias modernas quanto dos totalitarismos. No assunto História da Revolução, foi o historiador comunista Albert Soboul quem deu as cartas durante anos. Agora o panorama mudou.

Um dos aspectos essenciais nesse bicentenário é a sua releitura. Na repescagem histórica, o nome de um historiador liberal está em voga: François Furet. Ele recusa a vulgarização econômica marxista para interpretar a História. Com dois livros-chaves, "Dicionário crítico da Revolução" (Flammarion, escrito em colaboração com Mona Ozouf) e "História da Revolução" (Hachette), Furet enterra a Revolução enquanto movimento político-econômico de repercussão atual e a transforma em objeto puramente científico.

A Revolução Francesa acabou e a própria França não passa de uma caricatura do que ela foi. Isto é o que diz, em síntese, Furet. Na França, os acontecimentos estudantis de 1968 significaram a última cortina no teatro de uma tradição revolucionária que durou 25 anos a partir de 1789, e virou uma farsa após a tragédia (período de 1814 a 1880). Furet parafraseia Karl Marx. No século passado e neste século tentou-se sepultar a Revolução. Mas - segundo Furet - é a reeleição de Mitterrand que traz o consenso em torno da "monarquia democrática", a soberania do presidente garantida nas urnas.

Furet pinça numerosos indicadores para

sua tese. São idéias que o transformaram agora em rei do bicentenário. Para ele, a Revolução acabou e os indícios estão aí: o declínio rápido do Partido Comunista, o fim da idéia nacional (ele mesmo se pergunta como fazer um jovem de hoje compreender o que foram as campanhas napoleônicas ou mesmo a Guerra de 1914), o fim do gaulismo (um sinônimo de direitismo cívico e progressista), a derrocada de um certo culto do conceito Nação e, apesar da hora tardia, o fato de os franceses terem admitido que a religião é um assunto particular.

Não existem mais, enquanto forças ideológicas distintas, a direita-direita e a esquerda socialista. Elas sobrevivem enquanto retórica e rótulo. Viraram um grande centro com diferenças táticas. Mesmo o Partido Comunista Francês não se encaixa mais nesta divisão maniqueísta. Os próprios monarquistas não chegam a contestar o que a Revolução trouxe de soberania popular. O bastião contra-revolucionário na França, por mais incrível que possa parecer a um latino-americano, permanece fundido a grandes setores da Igreja Católica. Não foi somente a aristocracia que caiu em 1789, mas também, e fortemente, o clero. Padres controlam o "L'Anti-89", um boletim mensal de apologia ao "Ancien Regime". Em 1889, nas comemorações do centenário da Revolução, havia na França uma diferença clara entre direita e esquerda. "A adesão ou a recusa da Revolução constituía então um dos critérios permanentes para distinguir a direita e a esquerda", afirma o presidente da "Missão", Jean-Noel Jeanneney.

Jeanneney se esmera em declarar que não é de seu interesse procurar hoje os bons ou os maus filhos da Revolução. Mas ele acha que não se deve escamotear nada durante as comemorações. Ao mesmo tempo que inventou o cidadão, ela "deu lugar ao vandalismo". Pouco importa. A "Missão" existe desde 1985 mas teve uma vida muito atribulada. Seu primeiro presidente, François Baroin, morreu num acidente de avião. O segundo, Edgard Faure, morreu de velhice. Foi em maio de 1988 que Jeanneney foi nomeado e arregaçou as mangas para dar a Mitterrand e à França um ano imperdível. De fato, só de simpósios estão previstos um a cada dois dias do ano.

Desfiles, inaugurações, peças de teatro, filmes para cinema e tevê, exposições históricas, caricaturas, calendários, retrospectivas de pintura, de vestuário, de talheres... Nada faltará neste país para lembrar a cada minuto dos 365 dias de 1989 que há 200 anos os cidadãos começaram a botar para baixo a monarquia e inverteram o direito de existir enquanto tal, livre e

HERANÇA REVOLUCIONÁRIA PERVERTEU O INDIVIDUALISMO

Paulo Francis

Ano que vem se comemora o bicentenário da Revolução Francesa de 1789, com o governo do conservador François Mitterrand, na Presidência da França, e uma maioria de socialistas na Assembléia, que não são socialistas. Mas ninguém, se sentirá inibido. O governo financiará representações da batalha de Valmy, de 1792, em que os revolucionários franceses surraram os prussianos comandados por Brunswick e que garantiu a Revolução. A Valmy real foi presenciada por Goethe, que deixou seu testemunho de que era o "nascimento de uma nova época na história do homem". Goethe escreveu muito sobre a Revolução. Não era fã. Beijara de joelhos as mãos da rainha Maria Antonieta quando esta viera da Austria para casar com o futuro Luís 16, o último dos Bourbons com poder absoluto a reinar sobre a França.

Mas Valmy é data para a consideração de analistas sofisticados, assim como a extraordinária "tour de force" da Assembléia Constituinte francesa que, de 4 a 27 de agosto de 1789, literalmente aboliu toda a Ordem feudal da França e promulgou a "Declaração dos Direitos do Homem", que criou a igualdade de oportunidade para os homens (não mulheres) e garantiu-lhes o direito à liberdade, propriedade e segurança (pessoal contra as autoridades). Curiosamente, os deputados admitiam manter o rei e a monarquia, com a diferença de que em vez de ser "rei da França" Luís 16 passaria ser "rei dos franceses", uma diferença substancial, porque os súditos passaram a ser sujeitos, deixando de ser objetos históricos, nem sequer mencionados na primeira e feudal versão. Em 21 de janeiro de 1793, Luís, já conhecido como Luís Capeto, não era mais rei e foi julgado como traidor e guilhotinado na praça da Revolução, hoje uma das atrações turísticas de Paris e rebatizada Place de la Concorde, praça da Concórdia...

"ABAIXO O MÁXIMO"

Em 1793, os mais extremados revolucionários, conhecidos como jacobinos, tomaram o poder e executaram os menos extremados, conhecidos como girondinos, e pensaram numa nova Constituição, que incluiria o voto universal (na primeira Constituição, o voto era exclusivo de quem tinha propriedade). Mas rebeliões internas, de monarquistas e guerras externas, porque a Europa feudal se uniu contra a França, fizeram com que os jacobinos criassem um executivo forte, que denominaram Comitê de Salvação Pública (Comité de Salut Public), a dita-

dura de um grupo, que terminou como ditadura de uma pessoa, Robespierre. Foi então que começou o chamado Terror. Cerca de 300 mil pessoas foram presas e pelo menos 17 mil executadas (não é muito "terror" por critérios modernos). Mas criou-se um Estado policial e Robespierre, em várias ocasiões, parecia querer "dar" ao povo o voto universal (na Revolução original só os proprietários podiam votar). Mas o Estado policial ruiu por terra quando os revolucionários bateram os austríacos em Fleurus, em 26 de junho de 1794, reocuparam a Bélgica e se sentiram reasssegurados. A Assembléia queria se livrar de Robespierre e amigos radicais, como Saint-Just, e terminou derrubando e guilhotinando todo o Comitê de Salvação Pública. Robespierre havia estabelecido "controle de preços". Foi guilhotinado ao som popular de "abaixo o máximo", "a bas le maximum", ou seja, o controle. Criou-se um governo de grupo, Diretório. A burguesia, livre dos empecilhos feudais, do tributo que tinha de pagar aos nobres e podendo ocupar qualquer cargo, estava satisfeita. Mas houve reação monárquica, a oeste e sudeste da França, com terror contra os republicanos. Estes monarquistas chegaram a ameaçar Paris, mas foram derrotados pelo jovem e talentoso general Napoleão Bonaparte em 5 de outubro de 1795. Bonaparte, que reorira, em nome da Revolução, dois milhões de homens em armas, deu o passo lógico seguinte. Dissolveu o Diretório e a Assembléia e se autotomeou cônsul da República, em suma, ditador, e levou a guerra revolucionária a todos os cantos da Europa, quase sempre vitoriosamente, exceto contra a Rússia, em 1812, e ao tentar se expandir colonialmente (chegou a conquistar o Egito), porque a Marinha francesa era invariavelmente batida pela inglesa. Mas suas guerras só cessaram com a derrota em Waterloo, Bélgica, em 1815.

INSPIRAÇÃO AMERICANA

A Revolução Francesa tem um débito conceitual para com a Americana, de 1776, principalmente na idéia de igualdade de oportunidade e igualdade de direitos civis, porque a "Declaração dos Direitos do Homem" foi inspirada na "Carta dos Direitos" da Constituição dos EUA. Mas os americanos realizaram essencialmente uma revolução contra o domínio inglês. Não existia feudalismo ou servidão nos EUA. Eles não enfrentaram os tremendos obstáculos de mais de mil anos de ordem estabelecida, em que trono e altar tinham posições centrais de autoridade no Estado, como os franceses. A maior latifundiária da França era a Igreja Católica. E foi expropriada em grande parte, gerando um ódio do Vaticano contra "modernismos" que até hoje não se abateu de todo. É ridículo limitar a Revo-

lução Francesa de 1789 a 1815. Continuou em 1830, 1848 e 1871, com a Comuna de Paris. Monarquistas e republicanos se combateram até a morte e a idéia socialista se tornou atuante ao menos desde 1848 (já havia um socialista em 1796, Grachus Babeuf, guilhotinado). É possível dizer que o último feito da reação foi a República de Vichy, com a França ocupada pelos nazistas em 1940 e que durou até 1944.

Mas ninguém ficou imune. As revoluções nacionalistas na América do Sul, protagonizadas por gente como Simon Bolívar, e o "arranjo" brasileiro de independência sob d. Pedro I foram claramente influenciados pelas idéias de 1789, contra o colonialismo espanhol e português. Mesmo na Rússia czarista, a "espada do feudalismo", na frase de Marx, em 1825 houve um levante de oficiais, conhecidos como Decembristas, que deu em nada, mas que agitou por uma monarquia constitucional. E a violência da Revolução Russa em 1917 é, em grande parte, explicável pelo atraso do país em se modernizar de acordo com os ideais de 1789. A própria Grã-Bretanha, cuja classe dirigente, aristocrática, teve a sabedoria, notada por Alexis de Tocqueville, de "absorver os melhores homens" da burguesia, sabedoria inexistente na caduca nobreza francesa, sofreu uma série de baques insurrecionais ao longo do século 19 e teve mais uma vez a sabedoria de criar leis de reforma que fossem estendendo o sufrágio e a educação popular, de 1830 a 1870. Reformas arrancadas com dificuldade de uma aristocracia que não queria ceder uma polegada de seus privilégios, mas que terminaram consolidando a democracia inglesa no início do século 20.

EDMUND BURKE

Mas a maior influência da Revolução Francesa é cultural. Estendeu o conceito protestante de que o homem fala diretamente com o poder divino, prescindindo de intermediário em igrejas, transnacionais, ao direito do homem decidir seu próprio destino baseando-se em leis naturais e na razão. Muitos pensadores ilustres, como Edmund Burke, Goethe e Joseph de Maistre, consideraram isto uma catástrofe. Não que fossem avessos (exceto De Maistre) ao conceito de liberdade, mas previram os excessos de individualismo que a Revolução trouxe e que resultaram no mundo moderno, de genocídio, tortura, violência de toda espécie e de ameaça de aniquilação nuclear. Os "philosophes", pensadores franceses, como Rousseau, Diderot e Voltaire, eram apóstolos do humanismo, isto é, crentes de que o ser humano podia por si próprio, sem ordem estabelecida em superstições religiosas e aristocráticas, decidir seu próprio destino, criando uma sociedade racional, em que não se haveria

igualdade (nunca acreditaram nisso), haveria civilização, a fraternidade, "fraternité", pregada pelos revolucionários franceses. Os resultados aí estão. A liberdade de pesquisar da ciência, proibida a Galileu pelo Vaticano, deu em que os cientistas construísem artefatos nucleares que podem extinguir a espécie humana. A participação da massa das pessoas em atividades políticas foi a força de Adolf Hitler. O radicalismo, em abstrato, abre perspectivas paradisíacas para o homem, mas este, livre e sem entraves, foi expulso do paraíso bíblico.

Nos anos 60 as últimas travas ao comportamento individual foram abolidas. "A la" francesa foi decretada a liberdade sexual. Seu subproduto mais conhecido são o aborto em massa e a Aids. E há nesta liberdade aparente um aspecto inequivocamente farsesco. Uma eleição no país mais rico e poderoso do mundo, os EUA, demonstra claramente que nenhum dos candidatos precisa sequer falar dos temas mais importantes que serão tratados pelo próximo presidente. Cria-se um entretenimento para a massa, em toda a eleição, em todo o país, porque a maioria das pessoas nada entende do que está se passando, quer um Estado que cuide paternalisticamente de cada cidadão, como concluiu pesadamente um dos mais devotados socialistas, o russo Alexander Herzen, em memoráveis ensaios no livro "Da Outra Margem".

IRREVERSIBILIDADE

Não há dúvida de que os ideais de 1789 são irreversíveis. Em nação alguma se cogita de voltar ao passado hierárquico e "misterioso" de trono e altar. Novas formas de produção, como dizem os marxistas, exigiram a criação de instituições que as representassem. Mas a reação também não se abateu. Em muitas partes do mundo, atemorizadas com esta modernidade, um grande número de pessoas se volta para religiões primitivas, a que seguem fanaticamente, e se pratica a idolatria, antes reservada a reis e aristocratas, cuja precedência e experiência lhes facultava alguma sabedoria, ao pé de qualquer tocador de violão ou estrela de televisão.

É possível dizer que tudo que emergiu de criador na modernidade, progresso científico, intelectual e o conceito de que todo ser humano tem direitos inalienáveis, veio da Revolução Francesa. Mas esta gerou também em reação, Auschwitz, Stalin, Pol Pot e um mundo que a ciência e o consumo individual ameaçam a espécie. Esta é nossa herança de 1789.

GLOSSÁRIO

Ancien Régime (Antigo Regime) Designa o regime e as instituições vigentes na França antes de 1789, caracterizados pela monarquia absolutista e pelo sistema feu-

dal - com ordens sociais estanques e privilégios juridicamente estabelecidos.

Assembléia Nacional Constituinte: Formada a 7 de julho de 1789 pela rebelião do terceiro estado, compunha-se de 1.144 deputados. Reuniu-se em Versalhes e depois em Paris. Redigiu a Constituição de 1791.

Assembléia Nacional: Inaugurada a 10 de outubro de 1791 com 750 deputados. Cerca de 250 deputados eram monarquistas constitucionais (os *feuillants*), 150 ligados ao clube dos Jacobinos e 350 ao bloco majoritário e independente. Diante dos vetos reais e das jornadas revolucionárias, ela convocou uma nova Constituinte em agosto de 1792.

Assignats (Assinados, literalmente): Papel moeda emitido pela Assembléia Constituinte, lastreado nos bens confiscados do clero, mas paulatinamente desvalorizado até ser suprimido em 1796. Não conseguiu equacionar a dívida pública.

Comitê de Salvação Pública: Estabelecido pela Convenção Nacional em abril de 1793, tornou-se, com Robespierre, o órgão de maior poder na França revolucionária, centralizando as decisões políticas, como a aplicação do Terror, e econômicas: controle de preços e produtos.

Comuna de Paris: Durante a Idade Média, comuna significava uma cidade com autonomia para governar-se por si própria. A Comuna de Paris (1789) foi substituída pela Comuna Insurrecional dos "sans-culottes" (1792). A expressão Comuna de Paris seria retomada pelos insurgentes parisienses em 1871.

Convenção Nacional: Reuniu-se em 21 de setembro de 1792 para elaborar uma nova Constituição, mas acabou exercendo o Poder Legislativo e o Executivo simultaneamente. Os girondinos tinham 150 deputados; os montanhese (jacobinos e cordeliers) outros 150; e os centristas, agrupados no partido da Planície, mais de 300. Foi sucessivamente dominada pelos girondinos (setembro de 1792 a junho de 1793), pela Montanha (junho de 1793 a julho de 1794) e pela Planície (1794-1795).

Constituições: A Revolução Francesa produziu quatro Constituições: a primeira (1791) aboliu a ordem feudal mas manteve o voto censitário. A Constituição do ano 1 (1793), votada pelos montanhese e aprovada em referendo, consagrou o sufrágio universal e direitos sociais. Não chegou a ser aplicada. Depois do 9 do Termidor, a Constituição do ano 3 restabeleceu o voto censitário e reorganizou o Estado. A Constituição do ano 8 consolidou o poder de Bonaparte.

Cordeliers: Clube fundado em abril de 1790, aberto inclusive aos "cidadãos passivos", tornando-se aos poucos uma das

principais expressões dos "sans-culottes". Teve um papel importante nas jornadas revolucionárias de agosto de 1792 e maio-junho de 1793. Seus principais representantes: Danton, Marat e Fabre d'Eglantine. Desapareceu em 1794.

Enrages (enraivecidos): Formaram a ala esquerda dos cordeliers e defenderam a adoção de medidas radicais, como o controle da economia pelo Estado e o aprofundamento do Terror revolucionário contra os "inimigos da Revolução".

Estados-Gerais: Assembléia consultiva medieval, composta por três estados: clero, nobreza e terceiro estado, integrado principalmente pela burguesia. Convocada em 1789 por Luís 16, depois de um ostracismo de 174 anos, foram eleitos 291 deputados do clero, 285 da nobreza e 578 do terceiro estado. Com o apoio do baixo-clero e dos nobres "patriotas", o terceiro estado recusou-se a votar os assuntos em separado e abriu caminho para o início da Revolução.

Feuillants: Cisão dos jacobinos, consumada em 1791. Defendia a monarquia constitucional. Seus principais expoentes: Lafayette, Lameth e Barnave. O clube sucumbiu depois das jornadas revolucionárias de agosto de 1792.

Girondinos: Conhecidos como "brissotins" (partidários de Brissot), formam a ala direita da Convenção eleita em setembro de 1792. Eram republicanos e legalistas, opunham-se ao controle da atividade econômica e defendiam a descentralização política, temerosos dos revolucionários parisienses.

Jacobinos: Clube fundado em 1789, inicialmente com deputados adeptos dos nobres "patriotas". Em outubro daquele ano, alugam um refeitório do convento dos monges Jacobinos e passam a denominar-se "Société des Amis de la Constitution". Depois da cisão dos feuillants, passam a defender propostas radicais.

Jornadas Revolucionárias: Designação de movimentos armados para pressionar o poder político e ampliar as conquistas revolucionárias. As principais foram: 14 de julho de 1789 (queda da Bastilha); outubro de 1789 (volta do rei a Paris); agosto de 1792 (destronamento de Luís 16); maio/junho de 1793 (queda da Gironda); e setembro de 1793 (exigência do Terror).

Montanhese: Deputados da Convenção apoiados no clube dos Jacobinos e dos Cordeliers. Ocupavam as cadeiras mais altas da assembléia, daí o nome (A Montanha). Defendiam a adoção de medidas drásticas, como o Terror e a regulação da economia pelo governo. Buscavam o apoio dos "sans-culottes". Seus principais representantes foram Robespierre, Danton, Marat, Collot d'Herbois, Saint-Just e Couthon.

Patriotas: Inicialmente, o termo designava os deputados dos Estados-Gerais que defendiam o voto por cabeça e não por ordens. Uma parte deles passou a defender uma monarquia forte e um Legislativo bicameral. Derrotados em setembro de 1789, unem-se aos aristocratas, formando a direita da Assembléia.

Planície: Deputados "centristas" que formavam a maioria da Convenção. Sem contornos políticos precisos, foram o fiel da balança: apoiaram os montanheses na derrubada da Gironda em 1793, a queda de Robespierre e posterior isolamento da Montanha em 1794.

"Sans-culottes": (literalmente, sem aquelas calças até os joelhos com longas meias, como as usadas pela nobreza). São as massas populares urbanas, principalmente dos subúrbios do leste de Paris. Participaram das jornadas revolucionárias e radicalizaram as conquistas sociais.

Terror: Período em que o poder revolucionário dispôs do poder de fato, sem qualquer legitimidade constitucional. Na Revolução Francesa, houve dois principais períodos designados como Terror: 1) posterior às jornadas de agosto e setembro de 1792, em que milhares de suspeitos são presos e executados e 2) com a ascensão da Montanha e de Robespierre, quando o Comitê de Salvação Pública executa sumariamente seus inimigos.

MODERNIDADE POLÍTICA NASCEU COM "BANHO DE SANGUE"

João Batista Natali

O carrasco se detém numa aldeia, monta a guilhotina transportada em sua carroça, e procura o responsável local pela justiça revolucionária. Os condenados são perfilados e decepados um a um. O carrasco desmonta seu instrumento de execução e parte para outra aldeia, dando prosseguimento à sua insólita rotina.

A cena exemplifica um radicalismo, levado pelas circunstâncias às últimas consequências, e que deixou a França e a Europa de pernas para o ar. Foi a mais demorada e violenta das revoluções registradas no Ocidente. Guilhotinaram um rei e sua rainha - só entre março e setembro de 1793, em variados pontos da França, os carrascos decapitaram 16 mil verdadeiros culpados de traição ou simples suspeitos. Caiu a aristocracia para que, com o poder já transferido para uma burguesia altamente dinâmica e criativa, o sangue deixasse de jorrar com a estabilidade pré-napoleônica.

E é verdade que os camponeses sem-terra e os artesãos proletarizados foram privados de conquistas sociais obtidas nos períodos de maior agitação revolucionária

- como o sufrágio universal, o salário mínimo e o direito de greve -, é igualmente inegável que a vitória da burguesia foi também, para a Europa, o triunfo da modernidade, com a conseqüente derrocada dos arcaísmos feudais.

A Revolução Francesa já foi objeto de abundantes bibliotecas para que suas raízes sejam conhecidas e dissecadas em profundidade. Não há divergências entre historiadores ao associarem, como grande estopim da eclosão, a bancarrota das finanças públicas e a recusa da nobreza em abdicar de seus privilégios. Eram-lhe reservadas todas as cadeiras episcopais, a alta oficialidade do Exército e da Marinha. Contrariamente à nobreza britânica, por efeito da revolução do século 17, a francesa não pagava impostos, fazendo com que toda carga tributária recaísse sobre os artesãos urbanos, comerciantes, financistas e proprietários rurais. Representando um efetivo de 350 mil pessoas (1,5% da população), a nobreza, em grande parte parasitária, constituía um obstáculo para que emergisse o capitalismo na França. Ela pagou literalmente com a cabeça por seu arcaísmo, perdendo o seu cartão postal de Versalhes, onde se acomodavam 4 mil cortesãos, e boa parte dos 20% das terras do reino de que era proprietária.

O clero (120 mil cabeças), dividido ao extremo, não dispunha de força política ou estrutural para manter o "establishment". Quando o curso da Revolução já estava avançado, Maximilien Robespierre aboliu a religião e mandou para o cadafalso centenas de padres "refratários" à nova ordem. A Igreja perdeu seus bens e o direito à cobrança compulsória compulsório do dízimo de seus fiéis.

Em contraposição à nobreza e ao clero, havia os burgueses, no sentido comercial e fabril da palavra, e uma plebe de 24 milhões de miseráveis, sacrificados pela inflação e pela colheita de cereais de 1788, que encareceu ainda mais os gêneros de primeira necessidade. Francês pobre, em 1789, não comia carne. O pouco de sua proteína provinha de toucinho com que se fazia o pão dominical. Foi uma das razões para que as primeiras revoltas contra o governo real tivessem, como denominação, "pacto da fome". O tratado comercial assinado em 1786 com a Inglaterra, bloqueando o esboço de industrialização, também acentuava o desemprego.

O REINO ESTÁ FALIDO

Eram os cofres reais que estavam vazios. Lafayette, o "herói dos dois mundos", consumiu dois bilhões de libras para participar, com suas tropas, da Guerra da Independência nos Estados Unidos. O historiador Albert Soboul calcula que, nos

anos seguintes, o Tesouro emitiu mais 652 milhões de libras (da época) em títulos da dívida pública. Essa dívida chegou a cinco bilhões de libras, o que correspondia a mais de duas vezes o meio circulante francês.

Se é verdade que o Estado tinha um peso bem menor que o atual - as escolas e hospitais eram em grande parte sustentados por instituições religiosas ou filantrópicas e o sistema viário mantido pelos senhores feudais -, havia as forças armadas e sobretudo a corte a ser sustentada em Versalhes. E contrastando com as estrepolias financeiras da princesa austríaca Maria Antonieta, mulher de Luís 16, o governo não dispunha de recursos para comprar e distribuir os estoques de grãos, para com isso evitar a revolta que custaria a vida do próprio sistema político. Em 1788, as despesas do reino foram de 629 milhões de libras, para uma receita de 503 milhões. A burguesia não queria mais pagar impostos, a plebe não tinha mais como pagar e a nobreza reiterou que jamais pagaria.

A capacidade do mercado em absorver novos títulos estava praticamente esgotada. Joly de Fleury e Levebre d'Orbesson, dois ministros da Fazenda que se sucederam no cargo, aperceberam-se deste fato, mas não se dispunham a cortar os 36 milhões de libras pagos anualmente pelo rei a título de pensões para uma aristocracia improdutiva. E não podiam tampouco cortar os gastos na remuneração dos 12 mil oficiais militares, todos eles vindos da nobreza. Mas sua alteza comprava o castelo de Rambouillet por 10 milhões e gastava outros 6 para a compra do castelo de Saint-Cloud para a rainha.

ACORDO POLÍTICO PARA A CRISE

Em suma, a França só sairia do buraco caso houvesse um acordo negociado no seio dos Estados-Gerais, instituição que havia se reunido pela última vez em 1614, e formada por três "bancadas": o primeiro estado que era o clero, o segundo que era a nobreza e o terceiro que era o resto do país. Ou, como declarou o abade Seyès, que seria eleito deputado com um projeto conservador, "o terceiro estado é a nação". Os dois outros contavam pouco em termos produtivos.

Eleições. Votaram todos os cidadãos com mais de 25 anos e alguma propriedade tributada. Os Estados-Gerais reúnem-se a 5 de maio de 1789, junto ao palácio real de Versalhes. A nobreza e o clero exigem a preservação de seus centenários privilégios. Luís 16, sua mulher e seu irmão, o conde de Artois, chefiam na corte uma cabala contra a instituição do princípio de igualdade, como direito natural localizado acima de qualquer ordem instituída. Para tanto, não se dispõem a conceder ao ter-

ceiro estado, que já possuía uma bancada numericamente equivalente às duas outras juntas, o direito de cada deputado ter um voto em plenário.

Os trezentos e tantos levantes de camponeses pobres registrados até agosto eclodiam no interior. A fome se generalizava, com o país falido e parado. Das aldeias e corporações profissionais urbanas, chegavam a Versalhes os cerca de 60 mil "cahiers de doléances", com reivindicações setorializadas ou, no máximo, com a insinuação de que a crise seria apenas superada pela instituição da monarquia constitucional.

UM MONARCA FRACO E INÁBIL

Com os trabalhos instalados havia seis semanas e a questão do voto ainda em aberto, o monarca tenta seu primeiro golpe contra o terceiro estado. Manda fechar o local onde a bancada burguesa reunia-se à espera de sua decisão. Mas ela, escolhendo um novo pavilhão para suas plenárias, e sob a direção de Bailly e Seyès, declara-se representante de 96% da nação. E mais: delibera que nenhum imposto seria cobrado sem seu explícito consentimento.

Quebrava-se uma tradição fundamental ao "Ancien Régime": o rei, que até então era apenas obrigado a solicitar a publicação de seus decretos às assembleias da nobreza intituladas "Parlements", era agora sobreposto por um poder político que se julgava superior e autoproclamava sua legitimidade.

Para sua proclamação ousada, o terceiro estado (578 representantes) obteve a adesão de 270 dos 291 deputados do clero e 90 dos 285 da nobreza. Estes últimos preferiram dar os anéis para que não se fossem os dedos, ou então, como o marquês de Lafayette, líder dos "nobres patriotas", consideravam sensata uma organização mais justa e transparente das instituições oficiais.

Luís 16 era um fraco. Não tinha gosto pelo poder. Provavelmente até as vésperas de subir ao cadafalso montado na praça da Revolução - com soldados e oficiais da Guarda Nacional virando-lhe as costas para simbolizar o desprezo por um monarca ilegítimo e deposto -, ele acreditou poder conter o pior para seu próprio pescoço através de conciliações que o conflito radicalizado tornavam de um ensandecido irrealismo.

Sofreu e cedeu na surdina às pressões dos demais tronos europeus que temiam a generalização da Revolução entre seus próprios súditos. Confundiu o patrimônio imobiliário da Igreja (então acoplado ao do reino) com uma das dimensões da qual acreditava exercer seu poder. E, por fim, cometeu de cabo a rabo erros táticos que exacerbaram os ânimos e provocaram o der-

ramamento de sangue.

Um dos exercícios a que se entregam os historiadores consiste em imaginar em que ponto a Revolução teria "parado" caso o rei e sua cabala tivessem sido mais hábeis. E a resposta a esse exercício é de que a França poderia ter ingressado no século 19 a bordo de uma pacífica monarquia constitucional, capitaneada pela família Bourbon. A vanguarda burguesa não queria mais que isso.

CAI A BASTILHA

O fato é que, a 17 de junho de 1789, Luís 16 anulou o embrião da igualdade tributária decidida pelo terceiro estado e ordenou a imediata dissolução de sua assembleia. O monarca tentou fazer-se obedecer pela força, mas os oficiais do Exército se recusaram a usar seus fuzis e canhões. Dez dias depois, desmoralizado, Luís 16 finge capitular: ordena que se reúna a Assembleia Nacional (autodenominação que se deu o terceiro estado e seus aliados nas outras bancadas). Não sem antes, porém, articular uma contra-reação, convocando por inspiração do Conde de Artois, regimentos estrangeiros estacionados não longe de Versalhes. O rei também exonerou Necker, o então ministro da Fazenda que tentara quebrar os privilégios arcaicos para salvar os cofres públicos.

Versalhes se localiza a uns 20 quilômetros de Paris. As notícias chegavam ampliadas, transmitidas de boca a orelha, com uma incomensurável conotação alarmista. Necker era competente. Contava com a confiança da Bolsa de Valores, dos banqueiros e dos pequenos industriais. Mas o que provocou um terremoto foi a adesão de pequenos artesãos e do "bas peuple" à versão de que tropas estrangeiras poderiam neutralizar o processo de igualdade que o projeto de mudança trazia.

Os arsenais do Hotel dos Inválidos (hospital militar e caserna) foram então tomados de assalto. O povo se armou com 32 mil fuzis. Lojas de armas foram saqueadas. Na Prefeitura ("Hotel de Ville"), foi acionado o "tocsin", campanha que era audível nos bairros do Marais e do Faubourg Saint-Antoine, concentração de gente humilde.

Foi assim que todos rumaram para a Bastilha, derrubando a ponte levadiça - a fortaleza, com seus muros de 25 metros, não poderia ser escalada -, e libertando sete prisioneiros quando não mais existiam, havia quatro anos, as "lettres de cachet", que davam ao rei direito de dispor da liberdade física de qualquer súdito. O número de libertados é irrelevante. O importante é a queda do último símbolo do arbítrio do poder exercido dentro do absolutismo.

NOVA CONSTITUIÇÃO

O "povoão", na grandeza do episódio, torna-se o principal agente de um fato histórico. É o "Peuple", com maiúscula, ao qual se referiu, no século 19, o primeiro grande historiador da Revolução Francesa, Jules Michelët. Entretanto, tudo já fora feito para que esse "Povo" estivesse devidamente enquadrado: com o Exército real em colapso, Lafayette é nomeado comandante da Guarda Nacional. O povo em armas passava a obedecer um nobre "patriota".

Ao mesmo tempo, Brailly é proclamado Prefeito de Paris, substituindo de uma só penada os conselhos, parlamentos e corpos de intendentos do "Ancien Régime". Os "sans-culottes", os pobres que não tinham nada a perder, viriam só bem mais tarde, em 1792, pedindo pão e sufrágio universal. Eles possuíam na época, uma participação muito tímida nos "clubes", que fizeram as vezes de partidos políticos, e que, com Robespierre e o exemplo dos jacobinos, começaram a cobrir a França com uma malha de duas mil filiais, devidamente abastecidas com publicações e correspondências.

Vinte dias após a queda da Bastilha, os decretos de 4 de agosto, articulados por nobres "patriotas", dotavam o campo de uma estrutura de relacionamento menos arcaica entre o capital e o trabalho.

A escravidão era abolida, o mesmo ocorrendo com o uso da mão-de-obra para o pagamento de dívidas contraídas segundo códigos feudais. A 28 de agosto, a Assembleia Nacional, que iniciara seus trabalhos como Estados-Gerais, autoproclamava-se Constituinte. Iniciava seus trabalhos, em comissão e em plenário, que, ao serem concluídos, em 1791, entregavam à França, um texto já ultrapassado, porque, com a exacerbação das lutas internas, as exigências dos mais humildes nos campos e nas cidades já haviam subido de patamar.

Os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte não são apenas exemplificativos das disputas que se travavam fora de suas paredes e se refletiam em constantes redivisões "ideológicas" de seus agrupamentos e bancadas. Ele foi sobretudo uma tentativa malograda de impor aos franceses uma República censitária, em que os direitos dos artesãos proletarizados e dos camponeses sem terra seriam inferiores aos dos proprietários. O modelo britânico, no caso, não funcionou. Por inspiração direta de Seyès, e em nome da preservação de uma hierarquia política compatível com a hierarquização econômica da sociedade, foi instituída uma ignomínia institucional que são os "cidadãos passivos". Com acesso barrado ao voto por não terem propriedades, eles seriam apenas "protegidos" pela lei em seus direitos. Acima deles vinham os "cidadãos ativos", a seguir os "eleitores" (com propriedades equivalente a uma

faixa de 150 a 400 dias de trabalho braçal) e, por fim, os deputados. Para muitos, tratava-se de um escândalo baseado em dois argumentos aos quais não se precisou juntar o Direito Natural à igualdade, muito em voga na segunda metade do século 18. Em primeiro lugar, argumentavam, derrotamos a nobreza de pergamínio e agora temos no comando uma nobreza de patrimônio. Em segundo lugar, e quem disse foi Marat, é impossível se excluir de uma democracia alguém como Jean-Jacques Rousseau - o segundo filósofo mais popular do iluminismo, depois de Boltair, ambos já mortos -, que dispunha de pouquíssimos recursos materiais.

Assim, estavam reduzidos os efeitos práticos da "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão" (2 de outubro de 1789), hoje transformada em bíblia do liberalismo, e documento, juntamente com a Primeira Emenda da Constituição Americana (1788), que balizou transformações sociais menos traumáticas que foram ocorrendo no século 19 europeu e americano.

Antes que a Constituinte publicasse sua "Declaração", Luís 16 envolveu-se em novas conspirações para salvar a parcela que ainda lhe restava do poder. Marat, em seu jornal "L'Ami du Peuple", denunciava o trono estar envolvido com os ingleses. O irmão de Maria Antonieta era imperador da Áustria. Em Coblenz, hoje Alemanha Ocidental, e Turim, norte da Itália, nobres emigrados conspiravam abertamente com o apoio da corte de Versalhes. Foi nesse clima que, num banquete do palácio real, foram elevados brindes à restauração do poder absolutista e da ordem social moribunda. A notícia chegou à Paris em 48 horas.

Um grupo de oito mil homens e mulheres armados, reunidos no Hôtel de Ville, caminha para a cidade vizinha, e, de madrugada, traz Luís 16 para Paris, hospedando-o no palácio do Louvre, onde no passado chegaram a morar seus ancestrais. O rei agora era "prisioneiro" das massas parisienses. Seus gestos e comportamento seriam dali em diante vigiados. Lafayette, o comandante da Guarda Nacional, garantia-lhe segurança e liberdade de movimento. Mas o marquês fazia, no fundo, jogo duplo: tentava controlar os futuros "sans-culottes", mas ao mesmo tempo usava o rei para aparar as planejadas reações da nobreza.

Surge no mesmo tablado um dos mais ambíguos personagens da Revolução: Mirabeau, certamente o mais brilhante orador da Assembleia, nobre de nascimento e proprietário de uma biografia pouco recomendável. Notoriamente venal, acusado de incesto na juventude, em conflito aberto com o pai acadêmico, que lhe providenciou uma "lettre de cachet" para que a sociedade se visse livre dele, Mirabeau foi o porta-voz

de Luís 16 na Assembleia e intérprete das movimentações dos legisladores na corte do Louvre. Recebeu dinheiro do rei para viver nababescamente (morreu em 1791).

Mas seu grande e indiscutível mérito, independentemente de suas intervenções em junho de 1789 que acabaram por dar legitimidade jurídica às deliberações do terceiro estado, foi o de tentar fazer com que o monarca adotasse uma postura mais sensata. No entanto, o acesso de Mirabeau ao gabinete real de despachos era torpedeado pela cabala já disposta a uma reação com tropas estrangeiras. Uma cabala que tinha como uma das cabeças a segunda mais coroada de todas elas: a rainha Maria Antonieta.

A presença do rei em Paris coincidiu com a decisão dos constituintes de preservar, para a estrutura administrativa francesa - e alguns historiadores discordam dessa interpretação -, uma hierarquia centralizada. Por mais que as autonomias provinciais e as alfândegas internas estivessem abolidas pela Revolução, a França adaptou o centralismo administrativo com que reinou Luís 14 no século anterior à divisão geográfica em 83 departamentos, todos com direitos iguais.

A consequência desse fator é simples: Paris acabava funcionando como pólo de irradiação e de convergência das ressacas revolucionárias. E agora o rei esta mergulhado em estruturas reivindicativas populares (clubes, deputados, guardas nacionais, "sans-culottérie") bem mais radicalizadas que no interior. O sentimento nacional que se apoderou de Grenoble, Brest ou Marselha pressupunham, exceções à parte, conflitos que as autoridades burguesas locais se consideravam capazes de gerir. Em suma, antes de ir para a guilhotina, o rei caiu no mais encandesciente dos caldeirões.

Enquanto isso, em sua tarefa hercúlea de estruturar todas as instituições (ela trabalhava com 40 comissões técnicas), a Constituição também precisou legislar sobre o papel do clero, na época incluído entre os servidores do Estado. A Igreja chegou a ter seus bens confiscados, trocados por bônus ("assignats") cujo valor foi imediatamente comido pela inflação, não resolvendo, com isso, a situação financeira do reino.

Mas era o momento de as próprias estruturas clerical e episcopal passarem por reformas que as adaptassem à nova ordem revolucionária. Foi aí que as coisas pegaram. O clero precisava jurar fidelidade à Constituição. Obviamente hesitou, mesmo porque Pio VI já havia qualificado de "ímpia" a "Declaração dos Direitos do Homem". O esperado aconteceu: o clero e os fiéis se dividiram, e estes últimos iniciaram, em março de 1793, uma guerra civil anti-

-revolucionária na Vendéia, região a oeste da França em que o integrismo católico predominava secularmente. A Revolução Francesa teria, então, inimigos fora das fronteiras, onde conspiravam outras cortes e emigrantes, e também fora dos gabinetes da cabala real.

Luís 16 comete um novo e gravíssimo erro. Foi tentado a se abrigar atrás das linhas das tropas do marquês "refratário" de Bouillé, em Metz. Monta um brancaleônico esquema de segurança para deixar o Louvre, tomando a estrada do Leste, mas é surpreendido por revolucionários em Varennes. Foi a 20 de junho de 1791. Três dias antes, caía por terra o mito do ex-marquês da Lafayette (a nobreza tinha sido abolida). Com seus guardas nacionais, ele atirou sobre uma multidão que reclamava a república no Campo de Marte, na ocasião uma das extremidades a oeste de Paris.

Em Varennes, não começou apenas a cair o rei. Os defensores da monarquia constitucional e os burgueses que acreditavam ser o rei um traidor estavam definitivamente divididos na Assembléia. A Constituição foi promulgada, e Luís 16, da boca para fora, jurou fidelidade a seu texto. Veio a eleição de uma nova Assembléia Nacional.

Os frequentadores do clube dos Feuillants queriam apenas a estrita aplicação das novas regras do jogo, com o sistema censitário instituído contra os interesses dos sem-terra da época e dos "sans-culottes". Os jacobinos viam no rei uma espécie de chefe do Executivo provisório, passível de deposição. Como não havia bancadas regimentalmente constituídas, o confronto entre esses clubes obedecia a contornos variáveis. O que é certo é que os jacobinos instalaram-se à esquerda do plenário, e desde então a esquerda e direita passaram a ser sinônimos de posturas politicamente marcadas. Os dois irmãos do rei, os condes de Provence e de Artois, exilam-se em Coblenz, acentuando a certeza de comprometimento da família real com as forças estrangeiras. Com Mirabeau já morto, Danton e Robespierre assumem, na Assembléia, a vanguarda dos tribunos. Robespierre, em seus discursos, reflete com perfeição a dicotomia em que a França revolucionária mergulhou, numa mistura de justificada paranóia com patriotismo exacerbado. É a linguagem das massas dos "sans-culottes", e que se resume assim: dentro das fronteiras, os patriotas que as defendem e as sustentam com o próprio sangue; fora dela, os conspiradores e adeptos da "tirania".

A esquerda força a exoneração dos ministros ligados ao clube dos Feuillants, que por sua vez pressionam o ainda nominalmente rei a declarar guerra à Boêmia e à Hungria, como forma de provar sua fide-

lidade aos princípios constitucionais. É declarada guerra à Bélgica, chegando à Paris as primeiras notícias da derrota. Na Vendéia, a guerra civil se prepara. A Assembléia decreta o exílio dos padres "refratários", que estariam comandando a desobediência civil em toda a França, o que é em parte falso. São os católicos que associam indevidamente a ruptura de Paris com o Vaticano e a ameaça que eles corriam de não chegarem à vida eterna.

Em Paris, a população mais desprovida incitada pelos jacobinos, institui a 10 de agosto de 1792 a Comuna, que passa a ter potencialmente um conflito aberto com a Assembléia. Mas a Comuna tem um outro alvo: os monarquistas e o rei. Lafayette, aderindo abertamente à direita monarquista, é colocado sob suspeita na defesa das fronteiras. Logwy e Verdun caem nas mãos da Prússia. Os "comunards" suspendem o mandato do rei. A Assembléia, sem poderes para governar, convoca em agosto de 1792 uma Convenção Nacional. É o quinto corpo legislativo convocado após o fim de 1788. São eleitos 782 deputados.

Em plenário, os girondinos - que têm o controle numérico das decisões, e são os responsáveis pelas declarações de guerras aos outros tronos europeus - querem a fixação de um mínimo de regras para enfrentar os inimigos externos. Os jacobinos se dividem, surgindo uma facção mais à esquerda, liderada por Robespierre, defendendo o julgamento do rei. E, de um republicanismo ainda mais radical, surge a facção denominada Montanha. Luís 16 está mais que nunca na berlinda. Um cofre de ferro, arrombado em seu gabinete no Louvre, traria provas definitivas de sua traição. Danton flerta com os girondinos; Marat se une a Robespierre.

EXECUÇÃO DE LUÍS 16

Luís 16 é julgado em novembro de 1792 e guilhotinado em janeiro de 1793. Ele passou por todo o macabro ritual que precede as execuções. Preso no Palácio da Justiça, quase defronte à Catedral de Notre Dame, foi acordado naquele dia para a "toilette" feita por auxiliares do carrasco Sanson. Ela consiste em se cortar os cabelos, na parte traseira, um pouco acima da nuca, para impedir que, no momento de sua queda, a lâmina da guilhotina enrosque e esfacle do pescoço até a metade do crânio. Diz a lenda que ele se despediu cerimoniosamente da rainha (ela o chamava de "Sire", e ele a ela de "Madame"), vestiu uma camisa de pano tosco, de cor clara, reservado aos condenados, e foi instalado, com mãos amarradas atrás, numa carroça aberta que percorreu a rue Sain-Honoré até a praça da Concórdia. Na época, não tinha sido ainda aberta a rua de Rivoli, que beira o Louvre e com um trajeto mais cur-

to.

Nas frentes externas, a situação se agravava. O general Dumouriez é derrotado pelos austríacos em solo holandês. A Assembleia ordena a convocação de 300 mil soldados.

Girondinos e jacobinos se lançam num leilão de acusações de favorecimento objetivo dos "inimigos da Revolução". Vota-se a criação de tribunais revolucionários. As guilhotinas passam a trabalhar "full time" em toda a França, que acaba de mergulhar no primeiro Terror.

CENTRALIZAÇÃO E FEDERALISMO

Em 6 de abril de 1793, é criado o Comitê de Salvação Pública, chefiado por Danton Hébert, "ultra" entre os revolucionários e redator do "Père Duchêne", é preso e solto por pressão da Comuna. Na Vendéia, a guerra civil se alastra. Os girondinos de Lyon se revoltam contra a Comuna local, em mãos da Montanha, o agrupamento mais à esquerda no tablado semovente.

Uma operação de 80 mil homens da Guarda Nacional cerca a Convenção e prende 29 girondinos. A questão, na época, não foi de se duvidar da fidelidade que eles tinham para com a Revolução. Eles se opunham à ditadura de Danton, e acreditavam que este, em seu Comitê de Salvação Pública, que assumiu o controle de toda a esfacelada administração, exceto em questões financeiras (para as quais a Convenção deveria ser ouvida), procurava destruir o federalismo e a relativa autonomia dos departamentos com que a França estava se habituando há menos de três anos.

Para Danton, entretanto, o centralismo não era uma questão de princípio. O que ele desejava, com sua "ditadura de Paris", era maior eficácia no aparato bélico debilitado por deserções e por suprimentos insuficientes de munições e víveres.

O segundo Comitê de Salvação Pública é organizado sob a chefia de Robespierre. As chuvas insuficientes no verão levam Paris a ser suprida com 400 sacas de farinha de trigo, quando seus padeiros necessitam diariamente de 1.500. Maria Antonieta é levada a julgamento e executada. Para pressionar a Convenção, Robespierre e seu Comitê acenam para os "sans-culottes", a ponto de o dirigente revolucionário propor a subordinação do direito à propriedade a sua utilidade social, tese que acabou não prevalecendo.

"SER SUPREMO"

Entre junho de 1793 e julho de 1794, a Revolução Francesa também atravessa a mais curiosa de suas experiências, que é a descristianização, contra a qual tanto Marat quanto Robespierre se opunham, para evitar a abertura de uma nova frente de opositores internos. Ela acabou sendo adotada co-

mo uma forma de ruptura com Roma e o ocupante do trono papal. Com o fim da adoção do calendário gregoriano, os anos foram divididos em 12 meses com trinta dias cada um, e todos eles denominados com inspiração bucólica ("pluviose", de chuva, "floreal", para o início da primavera). Quando a descristianização se tornou compulsória, com a paralela proibição de as igrejas professarem o culto católico (ou protestante e judeu, para estas duas comunidades no sul da França), a religião ganhou uma forte dimensão cívica, com a veneração dos "mártires da Revolução" e a adoção de uma divindade chamada, num improvisado monoteísmo, de "Ser Supremo".

O grande mérito e sucesso do segundo Comitê de Salvação Pública - ele possuía a estrutura de um ministério e mais o Comitê de Segurança Nacional e o Tribunal Revolucionário - foi o de, a partir de uma invejável mobilização de guerra, com mutirões em forjarias produzindo canhões, e um esforço político para colocar 750 mil homens em armas, pôr fim às revoltas internas e expulsar as tropas estrangeiras do território francês.

Sua direção, além de Robespierre, era integrada por Saint-Just e Couthon. Eram homens em que seus constantes pronunciamentos, desde 1789, professavam a virtude como dádiva popular e abominavam a "tirania", responsabilizada por bloquear o exercício da virtude. Robespierre, o único personagem da história francesa a merecer o cognome de "o incorruptível", era de uma comovente simplicidade. Advogado de Arras, sexualmente virgem, morava em Paris em um minúsculo apartamento de dois cômodos, com uma profunda aversão pelos fastos e honras, excetuada a vaidade cívica que o levou a receber o título de "pontífice" da nova religião da França descristianizada.

Ele aplicou uma compulsiva repressão aos federalistas, acreditando que, por detrás deles, estavam os ventríloquos de Luís 16. Reprimiu-os em Toulon, Marselha e Bordeaux. Massacrrou colaboracionistas presos por suas tropas, depois das derrotas dos austríacos, prussianos e franceses armados por Pitt, o primeiro-ministro britânico.

QUEDA DE ROBESPIERRE

Mas, no fundo, o triunvirato se encontrava frente a uma coligação de forças de frágil unidade. À direita, os jacobinos apegados à Danton. À esquerda, Hébert, que havia se transformado no dirigente revolucionário mais respeitado pela Comuna de Paris e pelo clube dos Cordeliers.

Apesar das vitórias militares, o Terror não arrefecia. Os carrascos voluntários permaneciam motivados para o fuzilamento, o trucidamento e a guilhotinagem dos "inimigos" internos, que, a bem da

verdade, estavam com suas bases externas em refluxo. Robespierre caiu ao tentar submeter à Convenção, onde pululavam adversários seus, um conflito interno entre o seu Comitê de Salvação Pública e o comitê responsável pela segurança e, portanto, pela política do Terror. Ele, que se tornara um meio-termo no bloco radical, fica sem base política de apoio e, em poucas horas é detido, libertado pela Comuna, e novamente preso, tendo o maxilar traumatizado pelo tiro de um guarda chamado Merda.

No dia 10 Termidor (28 de julho de 1794), Robespierre, Saint-Just e Couthon são guilhotinados em Paris, sem julgamento. No dia seguinte, 71 de seus partidários sofrem a mesma sorte. No dia 5 de abril precedente, já tinham sido executados Danton, Camille Desmoullins e Delacroix. Donald Greer, um historiador citado por Albert Soboul, avalia que entre 35 e 40 mil pessoas passaram pela guilhotina ou outras formas de execução durante a Revolução Francesa.

O terceiro Comitê de Salvação Nacional marca o fim da Revolução propriamente dita. Com a rearticulação dos realistas, uma nova Constituição que voltou aos princípios da República censitária e a coerção sobre os clubes e sindicatos, a França retorna a sua "normalidade" conservadora. Uma revolta de "sans-culottes" tardios, em Paris, protestando contra a revogação do salário mínimo e a supressão do tabelamento da comida foi rapidamente reprimida por um general nascido na Córsega, chamado Napoleão Bonaparte.

PARA A HISTÓRIA

De qualquer forma, o balanço desses cinco anos riquíssimos não pode nem deve ficar nos guilhotinados que, de qualquer maneira, como Lafayette, morreriam uns 20 anos depois. Com a Revolução, disse Saint-Just num belíssimo desabafo, "a Europa descobriu a idéia de felicidade". Os mesmos princípios de democracia e igualdade já estavam em aplicação nos Estados Unidos. Mas, no caso, eles foram conquistados consensualmente, em rápida guerra de esparsos colonos contra uma potência, a Grã-Bretanha, na qual não reconheciam o direito de colonizá-los. Na França, a luta custou muito sangue e cinematográficas reviravoltas para aqueles que nela se envolveram, com uma divisão nacional acentuada levando ao fratricídio.

Os filósofos do iluminismo sabiam, no século 18, estarem diante de um borbulhante laboratório de idéias. Nenhum deles teve a capacidade de previsão do que ocorreria. Mas com certeza todos eles se orgulhariam pelo fato de terem teorizado em cima de princípios simples - e hoje corri-queiros - graças aos revolucionários de 1789: a liberdade independe de qualquer

autoridade que a conceda, e a cidadania, para conquistá-la, tem o mais absoluto direito de varrer, quantas vezes for necessário, a praga da ditadura e do despotismo.

PERSONAGENS

DANTON

Georges-Jacques Danton (1759-1794) - Advogado em Paris, Danton participou ativamente dos clubes políticos tornando-se um dos principais oradores do clube dos Cordeliers. Votou pela execução de Luís 16 em novembro de 1792. Por sua inspiração, a Convenção criou o Comitê de Salvação Pública em abril de 1793. Fracassou em seus esforços de negociar a paz com os inimigos externos. Em julho, afastado do Comitê, torna-se cada vez mais moderado e crítico da ditadura robespierrreana. Foi guilhotinado em abril de 1794.

MARAT

Jean-Paul Marat (1743-1793) - Jornalista antiaristocrático sob o "Ancien Régime", Marat ligou-se aos "sans-culotte" durante a Revolução. Foi editor do jornal radical "L'Ami du Peuple" e deputado à Convenção Nacional (setembro de 1792). Ligado à facção mais extremista da Montanha, pregava a adoção de um imposto progressivo e a execução dos anti-revolucionários. Absolvido de acusações feitas pelos "brissotins" na Convenção, Marat foi assassinado em 23 de julho de 1793 por Charlotte Corday, uma jovem simpatizante dos girondinos.

LUÍS 16

Luís de Bourbon, rei da França (1754-1793) - Terceiro filho do Delfim Luís e Maria Josepha da Saxônia, Luís casou-se em 1770 com a arquiduquesa austríaca Maria Antonieta. Subiu ao trono em 1774. Incapaz de combater a luta de facções na corte e a resistência da nobreza às reformas fiscais, Luís 16 recorreu aos Estados-Gerais para tentar dobrar a nobreza, o que acabou por desencadear o furacão revolucionário. Preso durante as jornadas de agosto de 1792, foi julgado em novembro e guilhotinado em janeiro de 1793.

HÉBERT

Jacques-René Hébert (1757-1794) - Jornalista, foi o principal porta-voz dos "sans-culottes". Em novembro de 1790 editou o jornal "Père Duchêne". A partir de 1792 desenvolveu uma virulenta campanha pela deposição de Luís 16. Membro dos Cordeliers, participou ativamente das jornadas de agosto de 1792. Preso em maio de 1793 pelos girondinos, foi solto pouco depois por pressão dos "sans-culottes". Em junho de 1793, adota o programa dos "enragés". Inspirou o movimento de descristianização. Foi preso e executado em 24 de

MIRABEAU

Honoré-Gabriel Riqueti, conde de Mirabeau (1749-1791) - Depois de uma juventude de dissipação, Mirabeau serviu no Exército na Córsega. Foi preso a mando do pai por ter contraído dívidas. Refugia-se na Suíça e na Holanda. É eleito em 1789 deputado pela nobreza. Excelente orador e panfletista, torna-se o porta-voz das pretensões do terceiro estado contra o "Ancien Régime". Defensor de uma monarquia Constitucional, Mirabeau morreu em 2 de abril de 1791, quando o processo revolucionário dava os primeiros passos.

BRISOT

Jacques-Pierre Brissot (1754-1793) - Jornalista e advogado, foi o principal líder dos girondinos. Em 1783 foi aprisionado na Bastilha por ter escrito panfletos contra o rei e o governo. Tornou-se o grande defensor da luta contra os nobres emigrados e da guerra contra as monarquias européias para consolidar a Revolução e iniciar uma "cruzada universal" pela liberdade. Preso com outros 28 deputados girondinos nas jornadas em maio/junho de 1793, Brissot foi guilhotinado em 31 de outubro.

ROBESPIERRE

Maximilien-François de Robespierre (1758-1794) - Advogado de Arras, norte da França, Robespierre foi eleito deputado pelo terceiro estado, sendo membro proeminente do clube dos Jacobinos a partir de 1790. Apelidado de "o incorruptível", foi na Convenção o maior porta-voz dos "montagnards". Em 1793, substituiu Danton a frente do Comitê de Salvação Pública. Instituiu controles rígidos na economia e implementou o Terror. Com a reação termidoriana (julho de 1794) acabou guilhotinado, por suas práticas ditatoriais.

LAFAYETTE

Marie-Joseph-Paul Du Motier, marquês de Lafayette (1757-1834) - Combateu na Revolução Americana. Foi aclamado "herói dos dois mundos". Eleito deputado da nobreza em 1789, aliou-se à burguesia do terceiro estado. É autor do esboço da "Declaração dos Direitos do Homem". Comandante da Guarda Nacional, foi afastado depois do massacre no Campo de Marte, em 17 de julho de 1791. Escapou de ser condenado por traição por ter sido capturado por tropas austríacas. Voltou à França em 1799.

MADAME ROLAND

Jeanne-Marie Philpon (1754-1793) - Adepta de Jean-Jacques Rousseau, ligou-se aos girondinos. Dirigiu as atividades de seu marido, Jean-Marie Roland, quando este se tornou ministro do Interior em março de 1792. Tinha especial aversão por Danton, com quem chegara a rivalizar. Contribuiu para mantê-lo afastado dos girondinos. Foi

presa em junho de 1793, quando os montanhesez dominaram a Convenção. Cunhou a frase: "Liberdade, quantos crimes se cometem em seu nome!" Foi executada em novembro de 1793.

SAINT-JUST

Louis-Antoine Saint-Just (1767-1794) - Ideólogo da Revolução. Em 1791, tornou-se conhecido ao escrever "Esprit de la Révolution et de la Constitution de France", em que expunha a necessidade de construir uma sociedade nova, moral e racional. Eleito para a Convenção Nacional em 1792, tornou-se adepto de Robespierre e foi com ele para o Comitê de Salvação Pública em maio de 1793. Supervisionou as forças militares e comandou um ataque vitorioso contra a Áustria. Foi guilhotinado em junho de 1794.

FRASES

"É uma revolta?"

"Não, Sire, é uma revolução."

(Diálogo entre Luís 16 e o duque de Liancourt depois do assalto à Bastilha)

"Quando você se compromete a participar de uma revolução, a dificuldade não é fazê-la, mas controlá-la."

(Conde de Mirabeau)

"A árvore da liberdade não saberia crescer se não fosse regada com o sangue dos reis."

(Barère de Vieuzac, discurso na Convenção, em 20 de janeiro de 1793)

"Não somos revolucionários; tornamo-nos revolucionários."

(Carnot)

"É pela violência que se deve estabelecer a liberdade; o momento requer a organização do despotismo da liberdade, para esmagar o despotismo dos reis."

(Marat)

"O Terror é a luta da liberdade contra seus inimigos."

(Robespierre)

"Liberdade, quantos crimes se cometem em seu nome!"

(Madame Roland)

"Sejamos terríveis para que o povo não o seja."

(Danton)

"Vamos concluir a Revolução ou vamos recomê-la? Um passo a mais, na linha da liberdade, seria a destruição da realeza, e, na linha da igualdade, a destruição da propriedade."

(Barnave)

"Todas aquelas coisas foram ilegais, tão ilegais como a Revolução, a queda do trono e da Bastilha, ilegais como a própria liberdade. Não se pode desejar uma revolução sem revolução."

(Robespierre)

"Sem a virtude, o terror é fatal; sem o terror, a virtude é impotente."

(Idem)

"Quando o governo viola os direitos do povo, a insurreição é, para o povo e para cada porção do povo, o mais sagrado dos direitos e o mais indispensável dos deveres."

(Art. 35 da Declaração dos Direitos do Ano 1)

"Os movimentos populares só se justificam quando a tirania os torna necessários."

(Journal de la Montagne)

"É de se recear que a Revolução, como Saturno, acabe devorando seus próprios filhos."

(Pierre Vergniaud, Presidente da Assembléia Nacional)

"A Revolução esfriou."

(Saint-Just)

BASTILHA

Demolida totalmente em 1790, um ano após sua queda, a Bastilha foi construída entre 1370 e 1382 para servir de castelo fortificado para o rei Carlos 5°. Nada de heróico em sua longa carreira: das sete vezes em que foi assediada em guerras civis, caiu em mãos rebeldes em seis. É transformada em prisão no século 17. O filósofo Voltaire e o tribuno revolucionário Mirabeau foram dois de seus prisioneiros, vitimados por "lettres de cachet". O maior massacre dentro de suas muralhas ocorreu justamente no dia 14 de julho de 1789: o marquês De Launay e seus 32 guardas dispararam contra as milícias populares que tentavam tomar a fortificação, fazendo uma centena de vítimas de ambos os lados. Algumas das 83 pedras esculpidas que decoravam a face principal da prisão, encontram-se ainda expostas em Paris, no Museu Carnavalet.

NOTRE DAME

Uma das oito imponentes catedrais góticas de que dispõe a França, Notre Dame (Nossa Senhora) de Paris foi durante a Revolução entregue ao culto da Razão, depois de descristianizada como os demais templos católicos, e teve seu carrilhão fundido para a fabricação de canhões. As 28 estátuas originais que compunham a Galeria dos Reis, na fachada, foram destruídas em 1793 por revolucionários republicanos que confundiram os reis de Israel com monarcas franceses. Construída entre 1163 e 1345, Notre Dame mede 130 metros de comprimento por 48 de largura, pode abrigar simultaneamente 9 mil fiéis e é um verdadeiro museu de vitrais, quadros, esculturas e paramentos. Em suas dependências, Felipe o Belo abre em 1302 a primeira reunião dos Estados Gerais e Napoleão é coroado imperador por Pio 7° em 1804.

LOUVRE

Não mais existem os locais ocupados por Luís 16 e sua família, entre 5 de dezembro de 1789 e 20 de junho de 1791. Tratava-se do palácio das Tulherias, demolido

para que o complexo arquitetônico do Louvre se abrisse para uma esplanada ajardinada, em direção à atual avenida Champs Elysées. O palácio se encontrava entre as atuais extremidades oeste do Ministério das Finanças e do Museu. O conjunto de edificações teve sua construção iniciada em 1200, como forte que protegia Paris contra invasores que tentassem penetrar pelo rio Sena. Carlos 5° (séc. 14) faz dele sua moradia. Francisco 1° (1546) determina reformas luxuosas, sucessivamente complementadas, até o século 19, por Napoleão 3°. Foi durante a Revolução, em 1793, que os ex-acervos reais foram abertos à visitação pública, nascendo assim um dos três maiores e mais completos museus existentes no mundo.

PALAIS ROYAL

Ainda hoje fechado à visitação, o Palais Royal foi durante a Revolução bem mais um ponto de encontro da burguesia que frequentava os cafés - como o Foy, frequentado por Camille Demoullins - e restaurantes, e muito menos uma referência arquitetônica. O prédio foi construído a partir de 1632 pelo primeiro-ministro e cardeal Richelieu. Serviu pouco depois de moradia da Ana da Áustria e seu filho que viria a ser Luís 14. O príncipe Luís Felipe de Orleans, já às vésperas da Revolução, numa operação de especulação imobiliária, constrói as três alas de apartamentos em forma de "U" que, com suas galerias cobertas, circundam os jardins. Parte do conjunto é queimado pela Comuna de Paris (1871), mas restaurado oito anos depois. Trata-se, hoje, de um ponto de concentração de filatelistas e colecionadores de livros antigos.

HÔTEL DE VILLE (PREFEITURA)

Sede da municipalidade parisiense desde o século 13, primeiro com a Casa dos Pilares, e a partir de 1533 com a construção do atual edifício da Prefeitura, o local já era politizado antes da Revolução: a praça da Grève (relva) era onde se reuniam artesãos e aprendizes que cessavam o trabalho como forma de reivindicar. Localizada estrategicamente como ponto de acesso aos bairros mais pobres, foi dali que partiram os revolucionários para a tomada da Bastilha e para as sucessivas insurreições dos "sans-culottes". O poder municipal, instituído em julho de 1789, foi o primeiro passo para a queda das instituições do absolutismo. O Hôtel de Ville sediou a Comuna de Paris, poder popular paralelo e mais à esquerda que a Assembléia e a Convenção. A Comuna é dissolvida em 1794, e o Hôtel de Ville se transforma, com suas galerias madeiradas em alto relevo, em local administrativo.

PALÁCIO DA JUSTIÇA

O complexo arquitetônico hoje dividido

entre a Justiça e a pérola do gótico europeu, que é a Santa Capela, teve durante a revolução o papel primordial de julgamento dos suspeitos de "traição", e de antecâmara dos condenados que partiam para a guilhotina. Nos recintos do Concièrgerie (zeladoria), com seus salões de cúpulas góticas, desprovidas de relevos ou estatuária (século 14, chegaram a ser acomodados, simultaneamente, durante o terror, até 1.200 sentenciados. Entre eles, Maria Antonieta, sua cunhada Elisabete, Charlotte Corday, a assassina de Marat, Mme. Du Barry, última amante de Luís 15, o poeta André Chénier, o químico Lavoisier e o revolucionário Robespierre. Um dos corredores tem a denominação de rua de Paris: os carrascos do século 18 eram apelidados ironicamente de "Monsieur de Paris", como se fosse um título nobiliárquico.

CRONOLOGIA DA REVOLUÇÃO

1789

5 de maio:

Reunião de abertura dos Estados Gerais em Versalhes.

20 de junho:

Ao encontrar fechada a sala onde se reuniam habitualmente, os deputados do terceiro estado transferem-se para um pátio onde se praticava pèla (um esporte semelhante ao tênis) e se comprometem a se manter em Assembléia até ser redigida uma Constituição para a França.

14 de julho:

Cerca de 800 parisienses reúnem-se em frente à Bastilha, fortaleza usada como prisão e símbolo da monarquia, para conseguir pólvora e retirar um canhão que ameaçava um bairro popular. Os soldados dispararam contra a manifestação, causando a morte de quase cem pessoas. Com o apoio das milícias, a multidão destrói a fortaleza. A queda da Bastilha passou a simbolizar o início da Revolução Francesa.

4 de agosto:

A Assembléia Nacional decreta o fim dos direitos senhoriais, abolindo formalmente o regime feudal.

26 de agosto:

A Assembléia aprova a "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão", redigida pelo marquês de Lafayette, herói da guerra da Independência dos Estados Unidos. A declaração consagra os valores da nova ordem: a liberdade e a igualdade são apresentadas como direitos universais inalienáveis.

5/6 de outubro:

Donas de casa de Paris caminham até Versalhes para protestar contra a falta de pão diante da Assembléia e do rei. Sob o comando de Lafayette, mais de 20 mil guardas nacionais marcham sobre Versalhes em apoio às mulheres. As tropas trazem o rei para o palácio das Tulherias, em Paris.

Pouco depois, a Assembléia também se instala em Paris.

02 de novembro:

A Assembléia confisca os bens do clero, que passam para o Estado francês.

1790

19 de junho:

A Assembléia decreta a abolição da nobreza hereditária.

27 de novembro:

A Assembléia impõe aos clérigos em atividade o juramento cívico da Constituição Civil. Apenas metade dos padres adere.

1791

17 de junho:

Liderados pelos democratas do clube dos Cordeliers, uma multidão se reúne no Campo de Marte para assinar uma petição republicana. A manifestação é dispensada a tiros por tropas da Guarda Nacional comandadas por Lafayette. Cerca de 50 pessoas são mortas.

20/21 de junho:

O rei e a família real fogem de Paris disfarçados para se juntarem aos nobres emigrados, que estavam organizando um Exército contra-revolucionário. São descobertos em Varennes pela Guarda Nacional e trazidos de volta a Paris.

30 de setembro:

A Assembléia Constituinte vota a Constituição de 1791 e se dissolve em seguida. A carta mantém algumas funções do rei (como o poder de vetar leis) e estabelece uma divisão dos cidadãos, em "ativos" (os que pagavam impostos) e "passivos" (os de baixa renda), criando dispositivos que garantem que somente os primeiros elejam os membros da nova Assembléia ou possam ter assento nela.

1º de outubro:

Reúne-se a nova Assembléia Nacional eleita depois da dissolução da Assembléia Constituinte. As principais forças políticas são os girondinos, deputados da Gironda liderados por Jacques-Pierre Brissot, os "feuillants", defensores da monarquia constitucional e os democratas, oriundos dos clubes dos Cordeliers e dos Jacobinos.

Outubro:

Os girondinos fazem aprovar decretos contra os emigrantes que tinham fugido do país. O rei veta os decretos.

Novembro:

Brissot defende a guerra contra as potências européias para derrubar os monarquistas. Liderados por Robespierre, os jacobinos opõem-se à declaração de guerra.

1792

Março:

O rei reorganiza o Ministério com políticos ligados aos girondinos, entre eles o conde Dumouriez.

20 de abril:

A pedido da Assembléia, Luís 16 decla-

ra guerra à Áustria. O duque de Brunswick comanda um Exército de austríacos que inicia a campanha contra a França nos Flandres.

13 de junho:

Os ministros girondinos são demitidos e substituídos por "feuillants".

6 de julho:

A Prússia entra na guerra contra a França.

11 de julho:

A Assembléia declara a "pátria em perigo" e mobiliza toda a nação contra os "inimigos internos e externos".

30 de julho:

Batalhões voluntários de Marselha marcham até Paris entoando um hino composto por Rouget de Liste (a "Marselhesa") e defendendo a instauração da República.

1º de agosto:

É divulgado um manifesto firmado cinco dias antes pelo duque de Brunswick, ameaçando Paris de "execução militar e destruição total" no caso de ser praticada qualquer violência contra a família real francesa.

6 de agosto:

Uma assembléia de representantes de várias seções de Paris e de federados exige a abdicação do rei.

9 de agosto:

Receosos de que seus interesses fossem prejudicados pela Assembléia Nacional, federados e "sans-culottes" (assalariados, pequenos comerciantes, artesãos pobres) dissolvem a Comuna de Paris, que funcionava como governo revolucionário desde 1789, e instauram uma comuna insurrecional para derrubar a monarquia.

10 de agosto:

Milícias armadas dos "sans-culottes" atacam o palácio das Tulherias e massacram cerca de 900 soldados da Guarda Suíça do rei. Luís 16 refugia-se na Assembléia.

20 de setembro:

Os franceses vencem as forças estrangeiras em Valmy e assumem a ofensiva. É aprovada a lei do divórcio.

21 de setembro:

São eleitos os deputados da Convenção Nacional, terceiro órgão legislativo da Revolução.

22 de setembro:

A Convenção declara extinta a monarquia e proclama a República Francesa. É instituído o calendário revolucionário em substituição ao calendário gregoriano.

10 de novembro:

A Convenção inicia o julgamento de Luís 16.

1793

21 de janeiro:

Depois de ser condenado pela Convenção, Luís 16 é guilhotinado.

1º de fevereiro:

A Convenção declara guerra à Inglaterra e à Holanda.

7 de março:

A Convenção declara guerra à Espanha.

11 de março:

Com o apoio dos nobres, tem início na Vendéia, oeste da França, uma rebelião de camponeses que protestam contra a tributação e o recrutamento militar forçado e pedem a volta do "Ancien Régime".

16 de março:

Derrota dos franceses em Neerwinden.

2 de abril:

Dumouriez, agora chefe do Exército francês, tenta lançar seus soldados sobre Paris e reprimir a Comuna, mas não obtém apoio e passa-se para o lado dos inimigos.

3, 4, 5 de abril:

Os girondinos são atacados pelos "enragés" (ala esquerda dos Cordeliers) que exigem a centralização do governo para controlar a economia e punir os contra-revolucionários.

6 de abril:

A Convenção aprova um projeto de Danton e institui o Comitê de Salvação Pública, um órgão executivo composto por 12 membros e que pouco a pouco passa a centralizar as decisões políticas e econômicas do país. O Comitê é presidido por Danton.

27 de maio:

Uma multidão cerca o palácio das Tulherias para exigir a libertação dos presos. É criado um comitê insurrecional dos "sans-culottes".

2 de junho:

Destacamentos armados de "sans-culottes" cercam a Convenção e obrigam-na a decretar a prisão de 29 deputados girondinos.

23 de julho:

Jean-Paul Marat é assassinado por Charlotte Corday.

27 de julho:

O Comitê da Salvação Pública é reorganizado e Danton é substituído por Robespierre.

17 de setembro:

Cedendo às exigências dos "sans-culottes", a Convenção aprova a "lei dos suspeitos" e fixa preços máximos para alguns produtos.

10 de outubro:

A Convenção aprova o projeto de Saint-Just que declara a França será "revolucionária até a paz", mantendo o Comitê de Salvação Pública como governo provisório do país.

17 de outubro:

Os rebeldes da Vendéia são esmagados em Cholet.

31 de outubro:

Execução de Brissot.

10 de novembro:

É realizada a "festa da liberdade e da razão", culto substituído pelos jacobinos.
1794

4 de fevereiro:

A Convenção decreta a supressão da escravidão nas colônias.

5 de abril:

Acusados de "conspiração estrangeira", Danton e Desmoulins são condenados à morte e executados.

7 de maio:

A Convenção reconhece o "Ser Supremo".

26 de julho:

Robespierre apela à unidade do governo, denuncia seus críticos como inimigos do Estado e pede um novo expurgo. Denunciado como tirano, é preso com vários jacobinos, entre eles Saint-Just.

28 de julho:

Robespierre e 71 partidários são guilhotinados.

HISTORIADOR VETA COMPARAÇÃO COM STALINISMO

José Arber

O discurso da "perestroika" (reestruturação) se alimenta dos mesmos ideais iluministas que constituíram a alma da Revolução de 1789 - admite, algo reticente, o professor Yefim Chernyak, especialista do Instituto de História da União Soviética. Esta "retomada" dos valores iluministas, afirma, só pode ser entendida como a busca de uma transcendência universal, atingida em 1789 pela burguesia que, então revolucionária, tinha um ideário que extrapolava os limites de sua própria classe para representar os anseios de toda a humanidade. A aspiração da "perestroika", assim, é a conquista da "liberdade, igualdade e fraternidade", entre as nações, mas sob as condições atuais da existência dos Estados. Para a União Soviética, isto significa a vigência do "pluralismo socialista".

Chernyak diz que há muitos paralelos históricos entre a Revolução Francesa e a russa (outubro de 1917). Por exemplo, "o movimento das massas pobres contra a tirania dos senhores feudais ricos". E, numa fase já avançada da Revolução, a luta dos estados nascentes (a França burguesa e a Rússia bolchevique) contra o cerco dos países hostis. Mas Chernyak reluta em aceitar outras analogias. Por exemplo, a desenvolvida por Leon Trotsky nos anos 20, que equiparava Josef Stalin aos "agentes do Termidor" (isto é, aos que chefiaram o movimento de deposição do governo revolucionário liderado por Maximilien Robespierre em julho de 1794). "Esta analogia tem se tornado frequente em nossa literatura. Eu a considero excessivamente mecânica."

Não que Chernyak seja stalinista. Ao contrário, diz que Josef Stalin, secretá-

rio-geral do partido comunista da URSS entre 1922 e 1953, agia motivado pela ambição e desejo de poder pessoal. "Os chefes da Revolução Francesa, especialmente Robespierre, eram revolucionários sinceros, diferentemente de Stalin." Chernyak diz também que à época de Robespierre, a fração revolucionária burguesa tinha um limite muito concreto, não ultrapassável, em relação ao movimento que ela própria representava. "A época de Stalin, não havia limite algum para o desenvolvimento do socialismo. Ele, Stalin, foi o próprio obstáculo à Revolução, coisa que Robespierre nunca foi." É a primeira vez que um cientista soviético afirma isso desta forma.

FOLHA - Mikhail Gorbachev fala hoje em ampliar a participação política do povo, permitindo organização de grupos informais e sua eleição ao Parlamento. Não haverá aí uma retomada dos princípios democráticos, estabelecidos pela Revolução de 1789?

CHERNYAK - Em certa medida sim. É preciso lembrar que, durante a Revolução Francesa, as organizações populares representaram um grande papel, inclusive na formulação das leis e, de forma um pouco menos acentuada, durante a ditadura jacobina. A idéia da participação popular é uma emanção do Renascimento, e influencia a "perestroika".

FOLHA - Mas Wladimir Ilitch Lênin dissolveu a Constituinte russa em 1918. Esta foi uma violação da democracia? Gorbachev estará assumindo um método que foi recusado por Lênin?

CHERNYAK - Não. Quando Lênin defendeu a dissolução da Constituinte, isso estava justificado pelo fato de que a Assembléia estava se opondo ao poder dos soviets. Os soviets eram conselhos de trabalhadores, soldados e camponeses, organismos de representação direta do povo. Eram uma forma de organização política superior à Assembléia Constituinte. E foi em nome da legitimidade do poder soviético que a Assembléia Constituinte foi dissolvida. Hoje, quando Gorbachev fala em pluralismo, trata-se do pluralismo socialista. Isto é, o direito à existência e à representação das organizações que defendem o socialismo, que não o colocam em questão.

FOLHA - Os marxistas afirmam que a burguesia historicamente esgotou suas possibilidades como classe. O senhor acredita nisso? A Revolução Francesa não preserva ainda sua validade como perspectiva?

CHERNYAK - Nós dizemos que a Revolução Francesa foi um movimento progressista, contribuiu para o desenvolvimento das forças produtivas. Mas ela chegou aos seus limites em 1793. Na época, a fração esquerda do jacobismo, liderada por Danton,

tinha um programa de defesa das aspirações populares que não era realista. A burguesia não poderia mais fazer concessões. Por isso, a parte prática, realista, do programa revolucionário, ficou nas mãos da direita jacobina, e, particularmente, nas mãos de Robespierre. Com a eliminação dos resquícios feudais, a Revolução Francesa se esgotou. Qualquer tentativa de tentar ir mais adiante só poderia acirrar a contra-revolução. Robespierre deparava-se com este limite, e esta foi a tragédia da Revolução Francesa. Mas com ela a burguesia foi até onde poderia ter ido.

FOLHA - O Terror de Robespierre voltou-se contra os dirigentes da Revolução. Como explicar isso, se ele era um "revolucionário sincero"?

CHERNYAK - Robespierre era incorruptível. Ele aplicava o programa da Revolução. O seu problema era frear ao máximo a contra-revolução, como impedir o retrocesso da Revolução. Ele teve que se voltar contra as frações revolucionárias cujas ações poderiam explodir tudo.

FOLHA - Alguma analogia aí com Josef Stalin?

CHERNYAK - De forma alguma. Stalin assassinou os maiores dirigentes da Revolução Bolchevique num momento em que nada impedia o desenvolvimento do socialismo. Ao contrário, em 1924, depois da Nova Política Econômica aplicada por Lênin, estava tudo pronto para o desenvolvimento ulterior do processo revolucionário. Stalin foi um obstáculo. A coletivização do campo no final dos anos 20 foi um passo contra-revolucionário, assim como os processos dos anos 36-38.

FOLHA - Mas o Terror de Robespierre uniu os participantes do Termidor...

CHERNYAK - É verdade. Foi um erro, visto a posteriori. Mas talvez tenha sido inevitável. Robespierre não era infenso à hipocrisia, aos sentimentos de ódio e vingança. Mas era um revolucionário íntegro. Não se pode, por isso, comparar o seu Terror, ainda que considere um erro, com o stalinismo. Stalin agia motivado pelo poder, pela ambição pessoal. São processos distintos.

CHERNYAK É UM 'ORTODOXO'

Yefim Chernyak, 55, especializou-se em história das relações internacionais, particularmente na história social da Grã-Bretanha e suas relações com o continente europeu. É autor de dezenas de "papers" e livros, incluindo o "Ambient Conflicts" (Progress Publishers, 1987, 384 págs.), em que faz um estudo original sobre o ambiente político entre os Estados e distintos sistemas sociais. Analisa, com especial ênfase, a deflagração da guerra entre a Grã-Bretanha e a França à época da Revolução.

Membro do Instituto de História da União Soviética, Chernyak é um marxista, e de linha "ortodoxa". Ironiza as "idealizações dos historiadores burgueses" (entre os quais cita Arnold Toynbee), e vê com prudência, pensadores como Alexis de Tocqueville.

IMPrensa FOI VEÍCULO DE CONFRONTO DE IDÉIAS

Ricardo Anderaas

A Revolução Francesa provocou profundas mudanças na função social do jornalismo. A convocação dos Estados-Gerais abriu espaço para a expressão de diversas correntes de opinião. E causou a proliferação de todo tipo de cartas e panfletos. Estabeleceu-se, de fato, uma ampla liberdade de imprensa. Os jornais oficiais do Antigo Regime foram substituídos pela imprensa política, verdadeiro gênero literário do período revolucionário. O jornalismo se transformou no instrumento privilegiado do debate político e da crítica social.

A liberdade de imprensa foi garantida na "Declaração dos Direitos" de 04 de agosto de 1789. Mas a Constituição de 1792, já colocou limites às possibilidades de expressão. Durante estes três anos, pela primeira vez na história, os jornais deixaram de ser apenas veículos para as comunicações oficiais e o debate filosófico e literário entre as elites. Através da palavra era possível criticar o poder constituído. Graças aos grêmios e clubes de leitura, o debate político na imprensa era estendido a todos os setores da sociedade.

"LA GAZETTE DE FRANCE"

O primeiro semanário de notícias da corte, "La Gazette de France", surgiu cerca de 150 anos antes da Revolução, em 1631. "Le Mercure de France", mensal, em 1672. O primeiro jornal diário só apareceu 12 anos antes da Revolução, em 1777. Chamava-se "Le Journal de Paris", e era impresso em quatro páginas em formato tablóide. O exemplar avulso era vendido nas ruas por dois soldos. Uma assinatura anual custava 30 libras para os parisienses e 33 libras para os moradores das províncias.

Em sua primeira página "Le Journal de Paris" trazia informações astronômicas e meteorológicas do dia anterior. A temperatura, a pressão barométrica, a direção e a força dos ventos e o estado do céu eram observados em três momentos: às sete da manhã, a meio-dia e às cinco da tarde. Na primeira página também começava algum artigo sobre física, química, literatura ou filosofia, que terminava na página dois ou na primeira coluna da página três. As no-

tícias da cidade ocupavam o restante do espaço. Comentários sobre os espetáculos do dia, informações sobre a Bolsa, as cotações do câmbio e o resultado da loteria.

PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS

Na época da Revolução, já circulavam também diversas publicações especializadas, com periodicidade mensal ou semanal, e dedicadas às ciências, religião, moda feminina ou agricultura. Nas praças e parques de Paris havia ainda alguns pontos e encontro onde funcionava um circuito de venda de informações tipo Antigo Regime. Locais onde "jornalistas de boca" e "informantes à mão" difundiam notícias oralmente ou por escrito. Esses informantes eram assíduos visitantes dos jardins do Palais Royal. Alguns, especialmente bem informados, produziam "correspondências secretas". Cartas vendidas a peso de ouro para diplomatas e soberanos de toda a Europa.

FIM DA CENSURA

A monarquia exercia desde o princípio um rígido controle sobre a atividade jornalística. Uma publicação precisava ser autorizada pelos censores reais. Depois tinha que conseguir a concessão de um "privilegio". E todas as suas edições tinham que ser submetidas a censura antes da impressão. A Revolução no jornalismo começou no dia 05 de julho de 1788. Nesta data, uma disposição do Conselho dos Estados Gerais convoca a todos os sábios e pessoas instruídas do reino a dirigir toda espécie de informações e memórias com respeito à forma dos Estados-Gerais". O debate público sobre o tema causou uma onda de panfletos que invadiam a França num ritmo de cinco a seis por dia. A censura começava a desaparecer.

Entre novembro e dezembro de 1788, a campanha de publicações alcançou o ponto máximo. Debatiam-se então a definição das circunscrições eleitorais, o número de deputados que cada estamento poderia eleger e a forma de votação. Neste momento apareceram os primeiros diários da imprensa patriótica. Jornais que tiveram uma participação importante nos acontecimentos que se seguiram, como "Les Révolutions de Paris", de Elysée Loustalot; "Le Publiciste Parisien" de Marat, que passou a se chamar "L'Ami du Peuple", a partir do número seis; "Le Courrier de la Provence" de Mirabeau; "La Chronique de Paris", de Condorcet; "Le Patriote Français", de Brissot; ou "Le Défenseur de la Constitution", que Robespierre publicou de maio a agosto de 1792.

IMPRENSA DE INFORMAÇÃO

A liberdade de imprensa foi estabelecida pela "Declaração dos Direitos", de

agosto de 1789. Segundo seus artigos 10 e 11, "ninguém pode ser agredido por suas opiniões inclusive as religiosas. A livre comunicação é um dos direitos mais preciosos do homem; por conseguinte, todo cidadão pode falar, escrever e imprimir livremente, salvo quando tenha que responder por abuso dessa liberdade nos casos determinados por lei".

As publicações regalistas continuaram circulando. E além da imprensa política ou de opinião, surgia também uma imprensa de informação. Esta publicava basicamente os debates das assembleias. Entre estes jornais destacou-se "Le Moniteur", fundado em 1789, pelo editor Panckoucke. A imprensa especializada também continuou em atividade. Como os jornais femininos especializados em moda. Entre estes destacou-se "Les Étrennes Nationales des Dames", que em dezembro de 1789 afirmava: "Se reclamam a libertação dos negros, é possível acaso negá-la às mulheres?"

Mas a imprensa política era a que tinha maior penetração. Apesar das pequenas tiragens. A média ficava em torno de dez a quinze mil exemplares - e do elevado índice de analfabetismo, suas idéias alcançavam a todos. Os jornais eram lidos coletivamente, tanto nas sociedades populares parisienses como nos clubes de província, que se reuniam assim que chegava o correio de Paris. Os partidários da monarquia absoluta liam "La Gazette de Paris", de Rozoy, ou "L'Ami du Roi", de Royou. O ideal republicano era expresso por "Le Patriote Français", de Brissot. A imprensa popular radical tinha o discurso dominado por rasgos de eloquência revolucionária. Seus maiores representantes foram "L'Ami du Peuple", de Marat, porta-voz dos "sans-culottes", e "Le Père Duchesne", de Hébert, que falava aos "faubourgs".

MARAT, O BEM INFORMADO

A estrutura dos jornais dessa época era artesanal. Produto de pequenos impressores que algumas vezes eram os próprios diretores dos periódicos. Em alguns casos um único homem se encarregava de redigir da primeira à última linha de seu jornal. Marat foi o exemplo mais importante. Manteve "L'Ami du Peuple" em circulação por mais de três anos. Editou cerca de mil números. E quando os acontecimentos justificavam, colocava um segundo clichê em circulação.

Com uma extensa rede de contatos, Marat era um dos homens mais bem informados de toda a França. Quando esteve na clandestinidade, manteve um colaborador em seu endereço fixo, na rua des Canettes, para preservar a comunicação com seus informantes. Assim, ele pôde anunciar a traição do conde de Mirabeau e a de Lafayette. Além

de prever com bastante precisão a tentativa de fuga do rei. Foi assassinado durante o banho, enquanto preparava mais uma edição de seu jornal. David pintou uma cena da morte de Marat, considerada como uma das mais importantes obras do neoclassicismo. Logo que foi concluído o quadro foi colocado em um lugar de honra, adornando a sala da Convenção, como símbolo maior da virtude pública.

A lei Thouret, de 22 de agosto de 1791, marcou o início das restrições à liberdade de imprensa. Proibia "a provocação à desobediência das leis, a incitação ao desrespeito dos poderes, as calúnias contra os funcionários públicos e contra os particulares". O dia 10 de agosto de 1792, representou o fim da imprensa regalista e da liberdade que vigorava até então. Rozoy, editor de "La Gazette de Paris", aprisionado depois do ataque às Tulherias, foi condenado à morte por um tribunal extraordinário.

Comuna de Paris designou comissários para deterem os jornalistas de direita. Suas prensas foram distribuídas entre os jornais de esquerda. A partir de então, toda mudança política implicava o desaparecimento dos diários que apoiavam o partido ou facção eliminada. Uma lei aprovada em 16 de abril de 1795, restringia ainda mais a liberdade de imprensa face a poderes constituídos. Os jornais começaram a desaparecer. Entre 1789 e 1792, havia cerca de 400 títulos em circulação por toda a França. Depois do golpe do 18 de Brumário apenas 13 jornais se mantiveram. A imprensa que registrou a proclamação do Império era tão controlada como a do Antigo Regime.

PAULISTANOS DE NÍVEL SUPERIOR IGNORAM 1789

Se dependesse do grau de informação da maioria dos paulistanos, o bicentenário da Revolução Francesa passaria despercebido no Brasil. Pesquisa efetuada pela DataFolha mostra que 60% dos entrevistados não têm qualquer idéia do que tenha sido o movimento precursor das relações políticas internas aos Estados contemporâneos, enquanto 95% ignoram, mesmo parcialmente, qual foi seu lema, "Liberdade, Igualdade e Fraternidade".

A pesquisa, com um leque de respostas deixado em aberto e feita junto a 1.050 paulistanos maiores de 18 anos, estratificados por zona geográfica, nível sócio-econômico, sexo e idade, aponta alguns resultados particularmente alarmantes. Entre a ampla maioria que desconhece completamente qual foi o lema da Revolução de 1789, 71% se localizam na faixa dos que têm escolaridade em nível superior. O índice de desinformação aumenta à medida que

decrece o nível de instrução. Daqueles que cursaram até o segundo grau, apenas 4% deram respostas totalmente corretas. No caso dos que possuem apenas o primeiro grau, o desconhecimento é previsivelmente completo.

Os indicadores de desinformação revelados pela pesquisa são ainda mais preocupantes ao se levar em conta que São Paulo é o centro que teoricamente concentra, no País, o que há de mais desenvolvido em ensino e difusão cultural. Esses indicadores apontam uma deficiência extraordinária na qualidade do ensino ministrado ou no mínimo no aproveitamento que é feito desse ensino. O desconhecimento sobre aquele que foi o acontecimento vital na passagem para a época contemporânea é sintomático da falta de parâmetros históricos em que está mergulhada a maior parcela da população adulta. Como os dados evidenciam, mesmo o setor normalmente considerado o mais "esclarecido" - constituído por aqueles que já cursaram alguma faculdade - tem uma formação superficial e rudimentar.

Este quadro se repete no restante do questionário. As associações que foram feitas entre a Revolução Francesa e os eventos ocorridos no Brasil, mostram um quase total desconhecimento sobre significado real dos eventos desencadeados na Europa em 1789. Exatos 50% dos entrevistados preferiram não arriscar nenhuma resposta ao serem indagados se, na história do Brasil, ocorreu algum movimento semelhante (3% citaram fatos anteriores à Revolução, como as invasões francesas do século 17). Apenas 22% deram a resposta correta: "Não aconteceu nada de parecido". Entre os que fizeram algum tipo de associação, 6% citaram a Revolução Constitucionalista de 1932 e idêntica porcentagem o movimento militar de 1964.

Evidentemente estas duas últimas respostas tiveram como base uma associação meramente semântica com a palavra "revolução", já que não há, no ideário ou na forma, qualquer semelhança entre estes dois acontecimentos e a Revolução Francesa. A Revolução de 1932, indubitavelmente popular e destinada a dotar o Estado de normas constitucionais estáveis, desembocou finalmente numa disputa entre diferentes facções oligárquicas, sem visar ou obter qualquer ruptura transformadora da ordem vigente, como ocorreu em 1789. O Movimento Militar de 1964, por sua vez, designado de "Revolução" por seus autores, possui outro conteúdo. Mas o ciclo de autoritarismo no plano político (e de modernização no plano econômico) que ele inaugurou teve pouco ou nada a ver com os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade dos revolucionários franceses.

Sintomaticamente a pergunta em que

houve maior número de respostas afirmativas, foi a que não exigia uma carga maior de conhecimentos históricos ou precisão factual - a questão em que os entrevistados foram chamados a dar sua opinião sobre o que é uma revolução. Neste ponto, 25% entre eles relacionaram o termo a revolta, rebelião popular; 13% a mudança, transformação social, política e econômica, cultural; e 8% a luta por direitos, melhorias sociais, formando um conjunto de respostas que pode ser considerado correto.

(A pesquisa é uma realização da Data-Folha, sob a direção do sociólogo Antonio Manuel Teixeira Mendes, tendo como auxiliar de planejamento e análise o sociólogo Gustavo Venturi. A coordenação dos trabalhos de campo ficou a cargo de Nilda A. Bezerra. A formulação dos temas e interpretação dos resultados são de responsabilidade da Redação.)

REVOLUÇÃO INSPIROU MELODRAMAS, FARSAS E TRAGÉDIAS

Nelson Pujol Yamamoto

Os anos da Revolução Francesa, em que a Europa viveu perigosamente, foram e têm sido um convite à reflexão artística. Pelo caráter drástico e dinâmico das mudanças políticas e sociais que se operaram então, os dez anos revolucionários do fim do século 18 tornaram-se um ponto de referência ricamente aberto a reflexões, não só sobre política e sociedade mas também em torno de destino e existência. Escancarada a todo tipo de dúvidas, a Revolução foi, principalmente, pano de fundo para a discussão universal de certos dramas individuais, embebidos na noção de modernidade que veio a cavaleiro da percepção de liberdade.

Se a Revolução Francesa foi uma história de confrontação, a arte, em seus momentos mais refinados, igualmente levou a público temas de embate. Desde a metafísica da dicotomia revelação/revolução abordada pelo escritor William Blake até o conflito entre o prazer e o fazer levantado pelo cineasta Ettore Scola, o palco revolucionário foi muito requisitado para a encenação, através de várias linguagens, de antagonismos como o da loucura com a sanidade, a causa popular com o senso do absurdo, o regozijo com a meditação, o indivíduo com a massa. Afinal, a própria Revolução viu-se dividida numa contradição básica, a que os artistas prontamente acorreram: o otimismo da insurreição popular e o sabor tétrico do anos do Terror.

FIM DO ROCOCÓ

Nos anos contemporâneos à Revolução, em que o rococó de Luís 16 levantou as saias para a passagem do ímpeto neoclássico e do populismo cultural, vieram as primeiras impressões artísticas sobre a mudança dos tempos. Enquanto Vigée-Lebrun

retratava a rainha Maria Antonieta solenemente, "avec ses enfants" (com seus filhos), gravuristas satíricos delineavam-na como a "harpia austríaca", reservando ao rei formas de um porco. Além disso, proliferavam figuras alegóricas da liberdade, tendo aos pés a "hidra" da tirania.

Mas a modernidade explodiria em cores mais sofisticadas na pintura de Jacques Louis David (1748-1825), membro da Convenção, diretor artístico da Revolução e considerado o "Robespierre dos pincéis". Qualificado por Delacroix o "pai da escola moderna", David teve seu auge em "Marat Morto" (1793), em que pinta o editor do jornal revolucionário "L'Ami du Peuple" assassinado numa banheira. Neste quadro David confere a Marat as cores do martírio, como uma citação da "Pietà" de Michelangelo, num clima que confunde o neoclassicismo com uma perspectiva quase realista.

A literatura da época foi também rápida na reflexão sobre os eventos de Paris. O escritor inglês William Blake (1757-1827), por exemplo, lançou mão da pena para rabiscar "The French Revolution" (1791), um poema épico de 306 linhas, redigido em longos versos brancos ao ritmo do "Velho Testamento". Nele, Blake vê a Revolução como a violência purificadora que, segundo a profecia bíblica, significaria a redenção do mundo.

Fala-se na "escuridão dos velhos tempos", no "príncipe doente" e nas "nuvens que surgem em boa hora" para a presumível tempestade redentora. Essa "poesia teológica da libertação" foi renegada por Blake com o advento do Terror. E, mais tarde, em seus escritos visionários, Blake substituiu o espírito revolucionário, que denominava Orc, por Los, a imaginação poética.

THOMAS CARLYLE

A literatura inglesa voltaria à carga em 1837, com a publicação de "A Revolução Francesa", de Thomas Carlyle (1795-1881), em que novamente o autor encara os acontecimentos históricos de um ponto de vista místico, referindo-se à Revolução como um julgamento inevitável sobre o egoísmo e a excentricidade da monarquia e da nobreza. Utilizando um repórter imaginário como narrador dos eventos factuais, Carlyle elogia os líderes que derrubaram a ordem feudal, reservando aqui e ali um pouco de piedade pelas cabeças que rolaram. E os leitores da época se deliciavam com o estilo apocalíptico de "A Revolução Francesa", repleto de som e fúria, em que conceitos como "abismo" e "eternidade", mesclam-se com cenas de suspense e detalhes históricos bem documentados, como num romance épico.

Se em Carlyle o exagero beira o con-

torcionismo foi no teatro que as piruetas da revolução sucumbiram à histeria total. Consulte-se, para tanto, a peça "Marat/Sade (Perseguição e Assassinato de Jean Paul Marat Conforme Interpretação dos Reclusos do Hospício de Charenton sob a Direção do Marquês de Sade)" (1964), do dramaturgo alemão Peter Weiss (1916-1982). Weiss, um marxista heterodoxo, aproveitou o fato de o marquês de Sade ter montado peças enquanto recluso no hospício de Charenton, durante a Revolução, para inserir nesse repertório uma fictícia encenação do assassinato de Marat por Charlotte Corday. Os acontecimentos transcorrem em 1808, na era napoleônica, e o que se vê é uma refrega entre o fanatismo revolucionário de Marat e o individualismo avesso a movimentos de massa de Sade, que interfere a todo momento na peça que está supostamente dirigindo.

Entre as coceiras crônicas de Marat e as intervenções alucinadas dos loucos-atores, Weiss oferece, na verdade, uma obra aberta para os diretores que a montam. É possível, por uma deslocação de ênfase, ficar a favor ou contra qualquer uma das posições antagônicas - ou então, deixar ao espectador a dúvida, que a esta altura já estará se debatendo entre os conceitos de loucura e sanidade. Talvez a mais impressionante montagem de "Marat/Sade" tenha sido encenada pelo inglês Peter Brook, enfeitada pelo espírito artaudiano do "teatro da crueldade" que exige dos atores o abandono total a reações gestuais e sensoriais, desembocando em emoções praticamente histéricas. Esta montagem que marcou a estréia da atriz Glenda Jackson, como Corday, foi registrada em filme em 1967, mesmo ano de que data a produção nos palcos brasileiros, por Ademar Guerra.

O PERSONAGEM DANTON

Muito antes disso, em 1835, outro dramaturgo alemão, Georg Buechner (1813-1837), também havia escolhido a Revolução Francesa como tema, mas se atendo à época do Terror, especificamente ao drama pessoal de Danton. Passando ao largo de suas convicções revolucionárias, Buechner compôs em "A Morte de Danton" uma hamletiana consideração sobre a futilidade da ação humana, ambientada na queda do moderado Danton por obra do radical Robespierre. Mais do que tomar partido na disputa, Buechner mostra um herói moderno, cuja vida é um "cavalo selvagem" arrastando-o num galope alucinado pelo espaço e que está entediado demais para defender convicções. Inescrupuloso, mas ao mesmo tempo generoso, o herói, assim complexo, não leciona nenhuma moral. O drama é, aqui, existencial.

O mesmo não se pode dizer de "Danton - O Processo da Revolução", filme de 1982 do

polonês Andrzej Wajda adaptado da peça teatral de sua conterrânea Stanisława Przybyszewska. "Danton" concentra-se sobre o mesmo tema histórico da obra de Buechner, mas prefere se deter no ataque à ortodoxia revolucionária, ilustrada por um patético Robespierre, "que nunca beijou uma mulher". O filme critica mazelas do extremismo - decorar os preceitos revolucionários como uma cartilha, eliminar desafetos do regime em obras de arte - e descamba para o que pode ser visto como uma metáfora à situação na Polônia do início da década de 80, em que o Sindicato Solidariedade chocava-se com a intransigência dos militares. Entre Wojciech Pszoniak (que vive Robespierre no filme) e o general Wojciech Jaruzelski haveria, então, mais do que uma coincidência de nomes. "Todos os meus filmes são dedicados ao povo polonês, disse Wajda.

DA ÓPERA A MEL BROOKS

Mas nem sempre a Revolução dos extremistas da Convenção foi vista sob a feição carrancuda dos libelos. Na aventura melodramática "Órfãs da Tempestade" (1922), do cineasta norte americano D. W. Griffith, é o próprio Danton (Monte Bleu) quem corre para o cadafalso na tentativa de salvar a jovem Henriette (Lilian Gish) das garras do verdugo, depois de um discurso rápido contra o Terror sanguinário. Na ópera "Andréa Chénier" (1896), de Umberto Giordano, uma pérola do realismo lírico, o melodrama ataca novamente: um triângulo amoroso entre a aristocrata Madeleine, o revolucionário Gérard e o poeta Chénier termina em guilhotina dupla. Mais lágrimas: Maria Antonieta virou filme da Metro em 1938, com Norma Shearer, sob a direção de W. S. Van Dyke 2º. Em 1955 foi a vez de Jean Delannoy rodar a rainha, vivida por Michelle Morgan.

E há também as comédias. Em "A História do Mundo, Parte I" (1981), de Mel Brooks, Jacques, o pajem encarregado dos urinóis reais, por pouco não perde a cabeça ao tomar o lugar do sósia Luís 16. Na infame fita "Liberdade, Igualdade, Revolução" (1985), do francês Jean Yanne, repleta de anacronismos propositais: o Terror motiva cenas numa Feira Mundial da Tortura, cujo alto-falante chama a presença da delegação do Irã e do "Sr. Pinochet".

A arte também se imiscuiu pela Revolução Francesa para nela ver refletido o futuro. Para o cineasta francês Abel Gance (1889-1981), o futuro se chamava Napoleão Bonaparte. Reconstruída a vida do vulto desde as batalhas campais de bolas de neve na infância, "Napoleão" (1927), que já foi classificado de "o maior filme fascista de todos os tempos", vale-se do virtuosismo técnico para mostrar como a Revolu-

ção foi um trampolim para o "Águia de Austertlitz". Retomando o motivo da "tempestade" de que falava Blake, Gance executa a metáfora central de seu filme ao compor imagens da Convenção em ebulição a cenas de Napoleão varando uma borrasca a bordo de um barquinho, procedente de uma Córsega hostil. O "César" predestinado vence a tormenta: o futuro é seu.

ETTORE SCOLA E VARENNES

Falando em futuro, todavia, um dos debates mais brilhantes sobre o "mundo novo" que se abria com a Revolução foi assinado pelo cineasta italiano Ettore Scola em "A

Noite de Varennes - Casanova e a Revolução" (1982). Trata-se de uma alegoria intelectual da Revolução Francesa encenada no episódio histórico em que a Comitiva real em fuga é detida na cidade de Varennes. Uma carruagem que reúne poeticamente figuras como os escritores Giacomo Casanova, Restif de la Bretonne e Thomas Paine segue o rei fugitivo, como numa fantástica missão jornalística. Por entre a nostalgia que cerca a retração da aristocracia, Casanova (Marcello Mastroianni) lamenta a perda de um "senso teatral exclusivo" mas atesta, sem dor: o público subiu à cena.